

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARTIN ANDRÉS MOREIRA ZAMORA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
AUTOGESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE ECONÔMICO**

**Porto Alegre**

**2012**

**MARTIN ANDRÉS MOREIRA ZAMORA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
AUTOGESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE ECONÔMICO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt

**Porto Alegre**

**2012**

**MARTIN ANDRÉS MOREIRA ZAMORA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
AUTOGESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE ECONÔMICO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Sueli Maria Goulart Silva  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marcelo Milan  
UFRGS

Às lutadoras e lutadores da Economia Solidária.

## **RESUMO**

O objetivo do trabalho é apresentar como os associados da Economia Solidária se apropriam do excedente econômico, nela gerado, comparando este processo com a apropriação capitalista de mais-valia e observando a influência da autogestão na distribuição deste excedente entre os cooperados. Percebe-se que quanto maior for a democracia interna de um empreendimento econômico solidário, melhor serão distribuídas as sobras e retiradas a partir de critérios fixos de participação no trabalho e não no capital.

**Palavras-chave:** Autogestão. Excedente econômico. Economia Solidária.

## **RESUMEN**

El objetivo de este trabajo es presentar como los asociados de la Economía Solidaria se apropian del excedente económico, en ella generado, comparando este proceso con la apropiación capitalista de plus valor, observando la relación de la autogestión en la distribución de este excedente entre los cooperados. Observamos que cuanto mayor sea la democracia interna de un emprendimiento económico solidario, mejor serán distribuidas las sobras y retiradas a partir de criterios fijos de participación en el trabajo e no en el capital.

**Palabras clave:** Autogestión. Excedente económico. Economía solidaria.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Distribuição do excedente econômico em empreendimentos capitalistas.....	25
Figura 2 – Distribuição do excedente nos Empreendimentos de Economia Solidária.....	48
Figura 3 – Distribuição do excedente econômico em empresas capitalistas e EES (quadro comparativo).....	69

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Indicadores de democracia autogestionária no grupo I.....	50
Tabela 2 – Indicadores de democracia autogestionária no grupo II.....	51
Tabela 3 – Indicadores de democracia autogestionária no grupo III.....	58

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANTEAG	– Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
EA	– Empresa Autogestionária
EES	– Empreendimento de Economia Solidária
ES	- Economia Solidária
FR	- Fábricas Recuperadas
UBA	- Universidade de Buenos Aires
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNISOL	- União de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 O EXCEDENTE ECONÔMICO</b>	
2.1 DEFININDO O CONCEITO DE EXCEDENTE ECONÔMICO .....	19
2.2 APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE.....	21
<b>3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>28</b>
<b>4 HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO.....</b>	<b>37</b>
4.1 A HETEROGESTÃO NA TEORIA ORGANIZACIONAL.....	37
4.2 A AUTOGESTÃO COMO MEIO E FIM.....	41
<b>5 APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE ECONÔMICO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	
5.1 APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE E DISTRIBUIÇÃO NO EMPREENDIMENTO.....	48
5.1.1 Cândido Vieitez e Neusa Dal Ri.....	49
5.1.2 Henrique Novaes.....	53
5.1.3 Colectivo Taller Partida Doble.....	59
5.2 DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE ATRAVÉS DO MERCADO.....	66
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Encontramo-nos em uma fase crucial da história da humanidade. A sua importância não é devida a grandes descobrimentos, a grandes mudanças na política ou na economia. Contraditoriamente, o que faz deste período da história algo único é a aparente ausência de alternativas.

Com o fim do chamado socialismo real no início da década de 90, não foram poucos os que defenderam a tese de que a história acabou, ou em outras palavras mas com a mesma intenção, que “não há alternativa”<sup>1</sup>.

Neste mesmo período ganham força na academia as teorias pós-modernas que começam a defender o fim das metanarrativas, a valorização do estudo da parte em detrimento da visão totalizante e a fluidez dos sentidos, do tempo e da própria realidade. Ironicamente, ao criticar as grandes narrativas e afirmar uma rede fragmentada como o único conhecimento possível, a pós-modernidade acabou se aproximando da metanarrativa do fim da história (WOOD, 2003).

O trabalho que apresento é motivado pela necessidade de fazer um acerto de contas teórico com o fenômeno da economia solidária partindo da minha relação prática como extensionista e como pesquisador no Núcleo de Economia Alternativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul .

A economia solidária apresenta um conjunto de experiências que, se por um lado estão inseridas no mercado capitalista mantendo a característica de produzir mercadorias, porém, por outro, apresentam inovações no processo de produção e na distribuição do excedente econômico. Estas inovações favorecem os trabalhadores e se encontram em desacordo com a lógica do capital. Podemos citar:

- i) O reencontro<sup>2</sup> da concepção e execução do trabalho através da autogestão<sup>3</sup>;
- ii) a propriedade coletiva dos meios de produção nas mãos dos trabalhadores das cooperativas;

---

<sup>1</sup> Esta expressão é atribuída à ex-primeira-ministra Margareth Thatcher referindo-se à política de austeridade econômica implementada no seu governo. Esta política iniciou uma fase da história do capitalismo conhecida como neoliberalismo.

<sup>2</sup> Faço referência à guilda de artesãos onde estes controlavam todas as etapas do processo de produção das mercadorias (DOBB, 1988).

<sup>3</sup> A autogestão refere-se à participação direta dos produtores livremente associados na tomada de decisões no interior do empreendimento, à socialização dos meios de produção e à formação de conselhos de trabalhadores para a organização da toda a política e economia (MARKOVIC, 2001).

iii) a distribuição do excedente (retiradas e sobras) por critérios de trabalho e não de participação no capital do empreendimento.

Apesar disso, a economia solidária não é uma “ilha” de socialismo no oceano do modo de produção capitalista. Esta conotação dada por alguns autores (SINGER, 2002) não é uma exigência plausível. Se é verdade que não se pode implantar o socialismo num só país, não é menos verdadeiro estender esta limitação a um conjunto de empreendimentos, por maior que seja a proximidade destes com a proposta socialista.

Não podemos ignorar que a economia solidária mantém uma característica importante do capitalismo que é a produção de mercadorias. Esta produção não tem por objetivo atender às necessidades de consumo da sociedade, ela está centrada no valor de troca destas mercadorias que são apenas um meio de transformar certo capital em mais capital, gerando assim um excedente econômico realizado no mercado. Este esquema que Marx simplificou como D - M - D' persiste nas práticas comerciais dos EES<sup>4</sup>.

Observamos no início do presente século o florescimento de inúmeras crises: crise da financeirização, crise dos alimentos, crise do meio ambiente. A principal economia do mundo, os Estados Unidos, demonstra-se vulnerável na crise do *subprime* e contagia agora diversos países europeus que entram em recessão. Para o marxista húngaro István Mészáros (2002), este cenário é o recrudescimento da *crise estrutural do capital*.

Embora seja da natureza do capitalismo a produção de crises cíclicas como a de 1929, a crise atual apresenta características diferenciadas. Em primeiro lugar, estamos falando de uma crise verdadeiramente global que, embora possa iniciar com um centro localizado, consegue se estender rapidamente atingindo as diferentes partes do planeta em maior ou menor grau. Uma segunda característica é a sua capacidade de atingir o complexo social como um todo, incluindo as suas partes articuladas, o que significa que não se trata de uma crise restrita a certa esfera ou setor da produção. Por último, esta apresenta uma escala de tempo extensa e contínua onde se observa um cenário de depressão constante pautado pela incapacidade de recuperação do antigo

---

<sup>4</sup> Para Mészáros (2002), apenas uma reorientação para uma política radical que redirecione totalmente a estrutura econômica poderia destruir o sistema hegemônico do capital, criando um outro modo de produção e vida, que atrelado à produção de bens necessários e úteis (valor de uso) em um modo de produção de indivíduos livremente associados, sustentados por um novo sistema sociometabólico, global, sem a ação do Estado, seria capaz de formar um novo sentido para a condição humana de sustento, convivência e produção.

potencial de realização do valor. Sendo assim, o que se costuma chamar de crise, não é a crise em si mas as diversas manifestações desta.

A reação do capital à sua crise estrutural se dá no aumento da concentração e centralização do capital, que opera cada vez mais em forma de oligopólios; na defesa da austeridade fiscal e consequente desmanche do chamado “estado de bem-estar social”, no aumento significativo do exercito industrial de reserva e na *mundialização do capital*<sup>5</sup>, (CHESNAIS, 2001) seja esta produtiva ou financeira.

Alguns autores defendem a possibilidade de uma convivência pacífica entre a economia solidária e o mercado capitalista, sendo que alguns chegam a verificar uma possível integração harmônica de ambos (GAIGER, 2008; FRANÇA FILHO, 2007). Outros autores observam que esta integração da economia solidária à lógica do capital só pode se dar de forma subordinada, o que pode levar a uma perda da sua identidade (SCHMIDT, 2010; NOVAES, 2007).

Segundo Mészáros, o *sociometabolismo do capital* é formado por uma estrutura totalizante e incontrolável que tem o seu núcleo constitutivo formado pelo capital, pelo trabalho assalariado e pelo Estado. Para este autor, ao expropriar os expropriadores, a classe trabalhadora está atacando apenas um dos pontos de apoio do capital e deixando intactos a divisão hierárquica do trabalho e o Estado a serviço da classe dominante. Sendo assim, só é possível superar a lógica sociometabólica do capital com o fenecimento e superação dos seus três eixos de sustentação (MÉSZÁROS, 2002).

Associado à crise está a transformação do regime de acumulação fordista-keynesiano para o regime de acumulação flexível (HARVEY, 2010), onde os trabalhadores são chamados a participar de parte do processo decisório da empresa. Apesar das aparentes semelhanças do modelo japonês com a autogestão (TAUILE, 2002) destaco uma diferença que acredito ser fundamental: a participação toyotista é necessariamente uma participação subordinada ao capital, enquanto que a autogestão deve ser o controle do trabalho sobre o processo de produção.

A partir da realidade aqui descrita analiso como a categoria “excedente econômico” se insere na Economia Solidária e como se dá a sua repartição considerando que nesta economia os proprietários da força de trabalho detêm também a propriedade coletiva dos meios de produção, o que faz com que o excedente produzido ganhe características diferenciadas em relação às

---

<sup>5</sup>Para Chesnais (2001), a mundialização do capital não se resume ao alcance global do modo de produção capitalista, sendo resultado de dois movimentos interligados, embora distintos: uma longa fase de acumulação do capital e o desmantelamento das políticas sociais e democráticas.

empresas capitalistas. Relacionado a isso, discuto se a forma como é gerido o empreendimento, ou seja, como se dá a separação entre concepção e execução das tarefas, pode influenciar na forma como o excedente é distribuído entre os cooperados.

Para a realização deste estudo, comecei descrevendo os tipos ideais de excedente econômico, economia solidária e autogestão presentes nas bibliografias consultadas. O objetivo é descrever o fenômeno estudado e compreendê-lo dentro do paradigma dos autores que se debruçaram sobre estes assuntos. O segundo momento é composto de revisão bibliográfica em livros e artigos que desenvolveram trabalho empírico junto a empreendimentos autogestionários. Diferente dos primeiros, estes trabalhos problematizam as dificuldades encontradas nas cooperativas pesquisadas, focando justamente aquilo que não se encaixa na descrição do tipo ideal.

O presente trabalho é formado por cinco capítulos sendo o primeiro a presente introdução. O segundo capítulo explica o conceito de excedente econômico segundo a teoria marxista, assim como a sua apropriação e distribuição segundo o livro III de O Capital. O terceiro capítulo caracteriza a economia solidária, mostrando as diferentes visões apresentadas por diversos autores e suas implicações práticas. No quarto capítulo traço um paralelo entre a autogestão e a heterogestão explicando a relação entre ambas. No quinto capítulo procuro relacionar os temas estudados, explicando o funcionamento do processo de apropriação e distribuição do excedente econômico na economia solidária, discutindo se esta é influenciada pela participação dos cooperados nas decisões o empreendimento. O último capítulo encerra este trabalho à guisa de conclusão.

## 2. O EXCEDENTE ECONÔMICO

### 2.1 DEFININDO O CONCEITO DE EXCEDENTE ECONÔMICO

O ser humano se diferencia dos animais devido à sua capacidade de trabalhar, isto é, a capacidade de transformar por meio dos seus esforços físicos e cognitivos o meio em que se encontra. O trabalho é usado na produção de meios de subsistência necessários para a satisfação das necessidades de determinada comunidade.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1988 p.50).

O desenvolvimento das técnicas de trabalho por determinadas sociedades leva ao aumento da produtividade, onde se observa que uma parte do trabalho não é mais usada para atender as necessidades dos seus produtores, tornando-se assim, *excedente econômico*.

(...) se o trabalho do trabalhador individual se divide em necessário e excedente, o trabalho global da totalidade da classe trabalhadora pode dividir-se de maneira que a parte que produz os meios de subsistência necessários à classe trabalhadora (inclusive os meios de produção exigidos para esse fim) executa o trabalho necessário à sociedade toda. O trabalho efetuado por toda a parte restante da classe trabalhadora pode ser considerado trabalho excedente (MARX, 1991, p. 726).

Segundo Marx, a existência do excedente econômico é condição determinante para a existência das sociedades de classe, ou seja, a separação da sociedade em uma classe que trabalha e produz excedente e outra que vive do excedente produzido pela primeira (MARX, 1988). Ao fazer uma análise histórica, o autor percebe diferentes formas de extração deste trabalho excedente ou mais-trabalho em diferentes modos de produção.

Para Tauile (2001), o primeiro e o mais importante conceito de economia é o de excedente. Segundo este autor, sem a compreensão do mesmo, não podemos explicar atividades econômicas essenciais como a troca, que só é possível em sociedades excedentárias. Definindo este conceito, o autor afirma que “o excedente econômico é tudo aquilo que se produz além do que se consome para produzir” (TAUILE, 2001 p. 36).

Taule(2001) explica que, a partir de revoluções tecnológicas como a agricultura, o ser humano conseguiu se fixar em certo território e produzir meios de subsistência a partir do seu trabalho, deixando de ser apenas caçador e coletor. Com o surgimento do excedente, uma parte dos indivíduos, através de guerras por territórios ou outros meios de coerção, começou a apropriar-se do produto do trabalho alheio.

Em suma, o movimento econômico dos agrupamentos sociais passou a ser regido não só pela disputa de cada um deles, como também entre os agrupamentos sociais, pela apropriação do excedente produzido. Essa que é essencialmente *uma disputa de poder intra e inter-sociedades* não se restringe apenas à apropriação do excedente econômico, mas estende-se também à produção do excedente, pois elas estão umbilicalmente ligadas. *A forma de produzir o excedente implica uma determinada maneira de distribuir esse mesmo excedente.* Mais do que isso, essa disputa de fato está presente em todas as sociedades civilizadas, nas economias organizadas e nas suas relações umas com as outras, desde então até hoje (TAUILE, 2001 p. 35, grifos no original).

Mandel (1982) afirma que foi graças à agricultura que o ser humano pode começar a produzir seu próprio alimento, deixando para o passado a relação quase parasitária que tinha com a natureza, quando a sua sobrevivência dependia apenas da caça e da coleta de alimentos. Ao poder controlar a sua subsistência, houve também a possibilidade de guardar alimentos, o que acabou permitindo que parte dos indivíduos da comunidade possa viver do trabalho alheio, libertando-se da obrigação de trabalhar para produzir seu próprio alimento. Isso acabou levando a uma *divisão econômica do trabalho*, especializando as pessoas por ofícios. O aumento deste excedente acaba permitindo, num primeiro momento, a divisão entre trabalho manual e intelectual e posteriormente uma divisão de classes sociais: uma classe dedicada à produção e outra dedicada à acumulação.

Segundo Dobb (1988), o capitalismo é um modo de produção radicalmente diferente do seu modo de produção anterior, o feudalismo. Para este autor, a servidão, relação social predominante no período feudal, se diferencia do assalariamento já que o trabalhador não é mais um produtor independente, pois não tem mais a posse sobre os meios de produção. Por outro lado, a relação do assalariado com o dono dos meios de produção que o emprega é puramente contratual, ou seja, perante a lei o trabalhador assalariado é livre para escolher ou para trocar de patrão.

Para Marx, uma das características da sociedade capitalista é a produção e circulação de mercadorias. Neste modo de produção a própria força de trabalho acaba se tornando uma mercadoria cujo preço é o custo da reprodução desta. Sendo assim, o principal objetivo da

produção não é o de atender as necessidades humanas, é antes de tudo, a transformação de dinheiro em capital.

Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica - a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 1988 p. 135).

Diferente dos outros modos de produção anteriores, onde o conflito entre classes, seja através da escravidão ou da servidão, apresentava uma expropriação aparente do excedente econômico, no modo de produção capitalista observamos, na esfera do mercado, uma aparente troca entre iguais. Os possuidores da força de trabalho vendem a sua capacidade produtiva aos capitalistas e recebem em troca um salário destinado à reprodução da sua existência. A partir desta observação cabe questionar se há uma extração de trabalho excedente no capitalismo e como esta apropriação é feita.

## 2.2 APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO EXCEDENTE

Marx explica que durante o processo de trabalho, o capitalista produtivo contrata um trabalhador por determinada jornada, sendo que o seu salário equivale apenas a uma parte do valor produzido nesta jornada. A diferença entre o valor produzido na totalidade da jornada de trabalho menos o valor pago ao trabalhador é chamado de *mais-valia*. Para o economista alemão, este excedente de trabalho apropriado pelo capitalista pode ser gerado de duas formas. A primeira é feita a partir da extensão da jornada de trabalho, aumentando o tempo de trabalho excedente ou mais-trabalho e é denominada *mais-valia absoluta*. A segunda se dá através da redução do tempo de trabalho necessário para repor a força de trabalho. Isto pode acontecer através da incrementação de tecnologias que aumentem a produtividade do trabalhador e é denominada *mais-valia relativa*.

Para este autor, o excedente econômico no capitalismo surge na esfera da produção, sendo a esfera da circulação a responsável pela realização do ciclo do capital, isto é, a transformação de mercadoria em novo capital, incluindo agora a mais-valia (M-D'). Embora possa se apropriar da mais-valia, o capitalista produtivo não pode ficar com a sua totalidade. Ele é obrigado a remunerar outras fatias do capital que são importantes para completar o processo

produtivo. Assim, se faz uso do solo, precisa remunerar o capitalista fundiário com a *renda da terra*, ao vender para o comércio se obriga a abrir mão do *lucro comercial* para remunerar o capitalista comercial, se tomou empréstimo a *juros* deve remunerar com o pagamento destes ao capitalista financeiro e ao Estado cabe a cobrança de *impostos*.

À primeira vista, o comerciante recebe uma mercadoria vinda da indústria e ao recebê-la por determinado preço, acrescenta a esta um novo valor que vem a ser o lucro comercial<sup>6</sup>. Sendo assim, o capitalista industrial repassaria uma mercadoria a oito reais e o comerciante lhe acrescentaria dois reais, somando então o preço de dez reais. Para Marx, esta compreensão restringe-se à aparência do fenômeno analisado. Segundo este autor, o processo de circulação de mercadorias não cria valor nem mais-valia, pois como sabemos, ambos são criados através do trabalho produtivo. Como afirma no Livro III de O Capital:

Se o tempo de trabalho que os próprios capitalistas industriais perdem para vender diretamente uns aos outros suas mercadorias – falando objetivamente, o tempo de circulação das mercadorias – não acrescenta valor a essas mercadorias, é claro que esse tempo de trabalho não muda de caráter por recair no comerciante e não no capitalista industrial. Transformar mercadoria (produto) em dinheiro e dinheiro em mercadoria (meios de produção) é função necessária do capital industrial e por isso operação necessária do capitalista, na realidade, o capital em pessoa, dotado de consciência e vontades próprias. Mas essas operações não aumentam o valor nem criam mais-valia. O comerciante, ao efetuá-las, ao incumbir-se como intermediário das funções do capital na esfera da circulação depois de o capitalista produtivo ter cessado de exercê-las, apenas substitui o capitalista industrial (MARX, 2008, p. 388).

Por esta concepção, a nossa mercadoria já sai custando dez reais da porta da fábrica, porém, isto obrigaria o capitalista a vender diretamente ao consumidor final. Sendo assim, o nosso capitalista prefere abrir mão de parte do valor do seu produto, deixando este a oito reais para o comerciante, que o venderá a dez reais, ganhando dois reais em cada operação. Podemos considerar dois motivos para que isto aconteça. O primeiro diz respeito ao tempo que este capitalista industrial deveria dispender para dedicar à circulação, o que o obrigaria a descuidar da produção. O segundo diz respeito à demora que o seu produto pode ter para se realizar, o que pode ocasionar uma interrupção na produção (MARX, 2008). Sabe-se que em alguns casos, como a pequena indústria e em especial na *economia solidária*<sup>7</sup>, as empresas internalizam os custos de circulação e se apropriam do lucro comercial. Há também o caso de indústrias de marcas famosas

---

<sup>6</sup>Neste momento estou abstraindo a existência do custo de circulação.

<sup>7</sup>Explicarei o conceito de economia solidária no próximo capítulo.

que decidem abrir lojas específicas para melhor divulgar a sua marca. Embora não sejam desprezíveis, estas práticas não são a regra na economia capitalista.

A partir deste raciocínio, Marx consegue superar um ponto frágil na teoria dos economistas clássicos que confundiam a mais-valia com o lucro. A primeira é originada no processo produtivo através da transformação de trabalho vivo em trabalho morto. O segundo é uma fração da mais-valia apropriada no processo de produção e realizada no de circulação das mercadorias produzidas. Apesar disso, frequentemente encontramos, na teoria econômica atual concepções que retomam a análise da aparência da circulação como se esta fosse a essência em si<sup>8</sup>.

Para a efetivação dos seus negócios os capitalistas precisam, em certas circunstâncias, realizar adiantamento de capital constante (investimento) ou aguardar a rotação de um ciclo de capital (giro). Nessas condições, recebem de outros capitalistas, o capital em forma de dinheiro, o qual após um período determinado, é remunerado com parte da mais-valia obtida no processo produtivo. Nas palavras de Marx,

A parte do lucro paga ao cedente chama-se de juro, que nada mais é que nome, designação especial da parte do lucro, a qual o capitalista em ação, em vez de embolsar, entrega ao dono do capital (MARX, 2008, p. 454).

Diferente da fase produtiva e comercial onde a mercadoria se transforma em capital, no juro é o capital que se transforma em mercadoria, encurtando o ciclo de reprodução do mesmo de  $D - M - D'$  para  $D - D'$ <sup>9</sup>. Se por um lado é só com o capitalismo industrial que o sistema de crédito conseguiu se desenvolver, por outro, o pleno desenvolvimento do capitalismo exige a existência de um sistema de crédito devido à necessidade de manutenção e ampliação do fluxo do processo de produção (ROSDOLSKY, 2001).

Os capitalistas agrícolas ou mesmo os capitalistas industriais são obrigados a pagar pelo uso da terra quando esta não lhes pertence. Marx se posiciona como um questionador do sentido

---

<sup>8</sup>Taule (2001) critica a economia ortodoxa tradicional por dissociar as esferas da produção e da circulação e desconsiderar as variáveis sociais e históricas, assim como as tensões e contradições que movem, não só as unidades de produção como também o conjunto da sociedade. Esta posição faz com que a ciência econômica contemporânea abandone o conceito de excedente econômico e se restrinja a categorias aparentemente neutras ou não-ideológicas como poupança e investimento. Este raciocínio não se resume às escolas da ortodoxia econômica. O keynesianismo e suas variantes também compartilham o desprezo pelo conceito de “excedente econômico”.

<sup>9</sup>Refiro-me ao circuito dinheiro / mercadoria / mais-dinheiro que se encontra no volume 1 do Livro 1 de O Capital (MARX, 1988).

da propriedade fundiária, seja pela sua lógica política e jurídica, seja pelos seus efeitos econômicos.

A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades (MARX, 1991, p. 707).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista exigia o surgimento de uma classe de despossuídos dos meios de produção, incluindo aqui a propriedade coletiva da terra. No processo de acumulação primitiva do capital foi condição necessária a restrição da propriedade do solo, despojando a maior parte da população para que a mesma seja possuidora apenas da sua força de trabalho.

Marx aponta duas transformações relevantes na agricultura causadas pelo modo de produção capitalista: (1) a aplicação de conhecimentos científicos através da agronomia para aumentar a produtividade, e (2) a dissociação da propriedade fundiária das relações senhoriais e da propriedade para o trabalho. No primeiro caso trata-se da necessidade do capital de aproximar o tempo agrícola ao tempo industrial através do desenvolvimento tecnológico e/ou do aumento da *composição orgânica do capital*<sup>10</sup> no setor. No segundo, o proprietário da terra deixa de estar no centro das relações políticas – que agora são dominadas pela burguesia – mas também desvincula a sua posse da necessidade do trabalho na terra, sendo que ele pode ganhar a renda fundiária arrendando ou mesmo especular sem ter a necessidade de produzir. Nas palavras de Marx, “a propriedade fundiária adquire assim sua forma puramente econômica, despindo-se de todos os anteriores ornamentos e vínculos políticos e sociais” (MARX, 1991, p. 709).

Na perspectiva marxiana, a renda da terra seria a parte da mais-valia que o capitalista arrendatário paga ao proprietário da terra por explorá-la com sua permissão.

Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos, por ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário de capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse campo especial de produção. Chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca, florestas, etc. (MARX, 1991, p. 710).

---

<sup>10</sup>A composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante (máquinas, equipamentos, matérias primas, etc.) e o capital variável (salários dos trabalhadores). O aumento da composição orgânica do capital significa que o volume de capital constante empregado em determinado setor está aumentando em relação ao capital variável.

Outro componente da mais-valia é a parcela creditada ao pagamento de impostos para remunerar os serviços do Estado. Em *O Capital* não encontramos uma análise sistemática deste tema. Segundo Rosdolsky (2001), no plano original estava previsto um livro sobre o Estado, que seria o livro IV. A não elaboração desta proposta deixou uma lacuna em relação a uma análise específica das finanças públicas e os seus vínculos com o processo produtivo e de circulação do capital. Muitas são as polêmicas entre os marxistas quando o assunto é a teoria do Estado. Como a análise destas divergências não é o objetivo do presente trabalho, restringiremos a nossa análise ao processo de transformação de mais-valia em impostos.

Germer (2009) justifica o fato de o capitalista produtivo abrir mão de uma parte da mais-valia apropriada do trabalho para o pagamento de impostos, pois é o Estado que exerce “funções de controle social a serviço da classe proprietária, assegura as condições institucionais necessárias à continuidade do processo de acumulação de capital” (GERMER, 2009, p.7). Sendo assim, o autor considera que o Estado é um componente essencial da reprodução da classe capitalista. Ainda segundo Germer, para desempenhar suas funções, o ente estatal acaba consumindo uma parte do produto social na forma de meios de produção duráveis e não-duráveis assim como os meios de consumo dos seus trabalhadores, sendo assim “a análise do processo de reprodução da classe capitalista deve englobar também a manutenção do Estado” (GERMER, 2009, p.8).

Como a manutenção do Estado é financiada por uma parte da mais-valia vinda da taxa dos capitais individuais, esta depende da realização da mais-valia através do processo de circulação, ou seja, na compra e venda de mercadorias. A esta massa de transações é deduzido um valor que é transferido ao Estado.

Como o capitalista individual realiza a mais-valia no ato da venda da mercadoria, de igual modo o capitalista coletivo, representado pelo Estado, pode arrecadar a sua parcela da mais-valia no momento do mesmo ato. Assim, uma parte da mais-valia realizada fornece os fundos necessários ao financiamento do consumo capitalista coletivo corrente, representado pela manutenção do Estado, e a outra repõe os fundos para o consumo capitalista individual na rotação seguinte (GERMER, 2009, p. 13).

Como as necessidades dos trabalhadores e capitalista devem ser reproduzidas constantemente, seja através do consumo de ambos ou de adiantamento do capital constante, o fluxo de manutenção do Estado é permanente, apesar das suas flutuações devido a fatores externos (clima, safras, período de férias, etc.). Este fluxo contínuo demonstra que “a manutenção

do Estado, ao contrário do consumo capitalista individual, independe da formação de reservas antecipadas específicas, uma vez que os impostos são deduzidos da mais-valia contida nas mercadorias continuamente vendidas” (GERMER, 2009, p. 14).

A partir do explicado acima temos o seguinte esquema:

FIGURA 1: Distribuição do excedente econômico em empresas capitalistas

{	Impostos
	Juro
	Renda fundiária
	Lucro comercial
	Lucro industrial (reprodução ampliada + consumo capitalista)
	Reprodução simples do capital
	Reprodução da força de trabalho

Na sociedade capitalista, o produto bruto se divide nas categorias apresentadas acima, sendo a reprodução da força de trabalho referente ao pagamento dos salários dos trabalhadores e a reprodução simples do capital referente ao custo de manutenção da atual estrutura produtiva. O lucro industrial, o lucro comercial, a renda fundiária, o juro e os impostos são remunerados com a mais-valia e compõem o excedente econômico.

O lucro industrial divide-se no consumo capitalista e na reprodução ampliada do capital, isto é, os investimentos necessários para aumentar a capacidade produtiva com o objetivo de enfrentar a concorrência de outros capitalistas.

Outra observação deve ser feita ao gasto da receita do Estado, onde uma parcela desta – na nossa compreensão a maior – destina-se à reprodução do capital em suas diversas

manifestações (indústria, comércio, bancos, etc.) e outra parcela destina-se à reprodução da força de trabalho.

No capítulo cinco analisaremos a relação dos empreendimentos de economia solidária com o excedente econômico aqui descrito traçando um paralelo entre a apropriação e uso do excedente por estes e o esquema acima descrito.

### 3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O modo de produção capitalista se articula de forma a ser o primeiro modo de produção realmente global e universal. Esta referência vale não só para a sua abrangência geográfica, mas principalmente, para a capacidade que o *sociometabolismo do capital* tem de submeter toda a atividade humana à sua lógica. Segundo Mészáros (2002), o sociometabolismo do capital é formado por uma estrutura totalizante e incontrolável que tem o seu núcleo constitutivo formado pelo capital, pelo trabalho assalariado e pelo Estado. Para este autor, ao expropriar os expropriadores<sup>11</sup>, a classe trabalhadora está atacando apenas um dos pontos de apoio do capital e deixando intactos a divisão hierárquica do trabalho e o Estado a serviço da classe dominante. Sendo assim, só é possível superar a lógica sociometabólica do capital com o fenecimento e superação dos seus três eixos de sustentação.

Se por um lado o desenvolvimento das forças produtivas elevou a produtividade dos trabalhadores assalariados, por outro lado, o aumento na composição orgânica do capital, através da inserção de novas tecnologias, acarretou na expulsão de um grande contingente de mão-de-obra que acabou reforçando o *exército industrial de reserva*<sup>12</sup>. Esta massa de trabalhadores, expulsa dos seus postos de trabalho, precisou criar meios alternativos de subsistência. Muitos foram os caminhos que estes trabalhadores seguiram, sendo que muitos formaram o que passou a se denominar *trabalhadores inempregáveis*, pois a sua baixa escolaridade, ausência de qualificação exigida pelo mercado, idade elevada, entre outros fatores os impossibilitaram de concorrer a uma vaga de emprego formal.

Outro fenômeno significativo foi o da flexibilização do trabalho, presente na expansão do trabalho parcial ou temporário, do aumento das “terceirizações” ou subcontratações associado ao trabalho ilegal dos imigrantes, assim como o trabalho informal ou precarizado em suas diversas manifestações (vendedores ambulantes, falsas cooperativas, etc.).

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e

---

<sup>11</sup>Mészáros (2002) refere-se à expropriação dos expropriadores como o movimento de retomada do controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Para este autor, esta retomada deve estar vinculada ao fenecimento do Estado (retomada do poder político) e ao fim do trabalho assalariado. Ver ainda Paniago (2007).

<sup>12</sup>Este é composto pela parcela da população economicamente ativa que por diferentes motivos, entre eles o desemprego, encontra-se fora do mercado formal de trabalho.

o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (ANTUNES, 2008, p. 47, grifos no original).

Em contraste com os fenômenos acima descritos, surgem inúmeras experiências de trabalho associativo. Trata-se de inúmeros trabalhadores que respondem ao desemprego através de pequenos empreendimentos de produção e comercialização como cooperativas de produção, feiras de trocas, cooperativas de consumo, fábricas recuperadas, etc. Este conjunto de experiências inspiradas no velho cooperativismo e em práticas de autogestão começam a receber o nome de *Economia Solidária*.

A economia solidária apresenta um conjunto de experiências que, se por um lado estão inseridas no mercado capitalista, mantendo a característica de produzir mercadorias, por outro apresentam inovações no processo de produção e na distribuição do excedente econômico. Estas inovações favorecem os trabalhadores e se encontram em desacordo com a lógica do capital. Podemos citar:

i) O reencontro<sup>13</sup> da concepção e execução do trabalho através da autogestão<sup>14</sup>; embora esta se resuma a uma autogestão da “porta para dentro” do empreendimento e por isso apresente inúmeras limitações<sup>15</sup>.

ii) a propriedade coletiva dos meios de produção nas mãos dos trabalhadores<sup>16</sup> das cooperativas;

iii) a distribuição do excedente (retiradas e sobras) por critérios de trabalho e não de participação no capital do empreendimento.

Buscar uma definição do fenômeno da Economia Solidária exige um diálogo teórico com os diferentes autores que, através de diferentes prismas, discutiram os limites e as possibilidades das experiências aqui elencadas. Analisamos, portanto, uma expressão

---

<sup>13</sup> Faço referência à guilda de artesãos onde estes controlavam todas as etapas do processo de produção das mercadorias (DOBB, 1988).

<sup>14</sup> No próximo capítulo explicaremos a diferença entre e heterogestão das empresas e instituições capitalistas e a autogestão na economia solidária.

<sup>15</sup> Vale destacar que em certa medida as exigências feitas pelo mercado acabam moldando a organização da gestão do empreendimento solidário (VIEITEZ; DAL RI, 2001; NOVAES, 2007; SCHMIDT, 2010).

<sup>16</sup> Para Dobb (1988), o capitalismo se diferencia de outros modos de produção pré-capitalistas como a servidão porque no primeiro o trabalhador não é mais um produtor independente, divorciando-se da posse dos meios de produção e da capacidade de prover a sua própria subsistência.

polissêmica, que reflete, em seus diferentes significados o conjunto de disputas de projeto político que abriga no seio de seu movimento.

Um dos principais teóricos deste movimento é o professor de economia e atual secretário nacional de economia solidária, Paul Singer. Para Singer (2002), a economia solidária é um *modo de produção*<sup>17</sup> diferente do modo de produção capitalista. Segundo este autor, este novo modo de produção tem por base a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Para este autor, o avanço da economia solidária na sociedade não dispensa a necessidade do Estado como órgão de regulação social.

Para Cruz (2012), a economia solidária compreende o conjunto dos empreendimentos associativos onde o trabalho, os resultados econômicos, a propriedade de seus meios (de produção, de consumo e de crédito), o poder de decisão e os conhecimentos acerca de seu funcionamento são compartilhados solidariamente por todos aqueles que deles participam. Cruz afirma que este conceito pretende excluir o cooperativismo tradicional que, apesar da sua forma jurídica, não segue os princípios da economia solidária e, ao mesmo tempo, incluir outros empreendimentos que apesar de usar outras formas jurídicas (sociedade limitada, etc.) na prática funcionam como se fossem cooperativas.

Os distintos arranjos econômicos que compõem a economia solidária, então, são heterogêneos e incluem cooperativas, associações, grupos informais, clubes de trocas, bancos comunitários, empresas recuperadas por trabalhadores, companhias limitadas em que sócios e trabalhadores são as mesmas pessoas etc.(CRUZ, 2012 p.2).

França Filho (2007) e Gaiger (2008) observam que a economia solidária é um espaço de relações sociais diferentes, embora inseridas no capitalismo. Para estes autores as práticas desta outra economia divergem do modelo defendido pela economia ortodoxa do *homo economicus* egoísta e maximizador de utilidade.

Para Coraggio, a *economía social*<sup>18</sup> é uma alternativa que se contrapõe, por um lado à lógica do mercado capitalista e por outro à visão do Estado de planejamento regulador e centralizador da economia.

---

<sup>17</sup> Observamos que neste livro, Singer utiliza o conceito de modo de produção considerando apenas a produção de bens materiais ou de serviços. Entendo o conceito de modo de produção como uma estrutura totalizante composta por uma infraestrutura (produção dos meios de subsistência) e uma infraestrutura (aparelhos ideológicos de manutenção da ordem). (Gebran, 1978; Santos, 1986).

<sup>18</sup> O conceito de “*economía social*” é usado pelos autores de fala hispana e é semelhante ao de *economia solidária* usado no Brasil.

Esa doble superación se lograría evitando la separación entre economía y sociedad que caracteriza al paradigma neoliberal, pero a la vez evitando la intrusión de la política. Tal vez así se entienda su denominación expresa de “Economía Social” (CORAGGIO, 2011 p. 44)<sup>19</sup>.

Segundo o autor, esta vertente da economia vê a possibilidade de desenvolver uma sócio-economia onde os agentes econômicos não sejam isolados de sua identidade social ou de sua história. Por enxergar a economia como inseparável da cultura, esta se torna um espaço de ação que não é composto por indivíduos utilitaristas que buscam vantagens materiais, mas por indivíduos, famílias e comunidades que se relacionam de forma solidária limitando a competição.

Para o Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007 (BRASIL, 2009), a economia solidária “é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2009, p. 17). Estes empreendimentos devem possuir quatro características: cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade.

Schmidt (2010) reconhece inúmeras divergências entre os autores da economia solidária e ressalta uma diferença de cunho estratégico: entender se este fenômeno servirá apenas como um atenuante do crescimento do exército industrial de reserva, sendo funcional ao capitalismo ou se, ao se consolidar como um movimento político e econômico, a ES se transformaria num agente pela transformação social. O autor destaca três campos de pensamento entre os principais teóricos.

No primeiro campo, encontram-se os autores que reconhecem na economia solidária uma racionalidade distinta daquela que é defendida pelo utilitarismo presente na teoria econômica ortodoxa, em especial na escola neoclássica. Estes autores defendem que a economia não pode ser resumida às relações de mercado, sendo que para além desta, existem outras relações não utilitaristas que formam uma economia plural (FRANÇA FILHO, 2007; GAIGER, 2008).

---

<sup>19</sup> Essa dupla superação seria possível evitando a separação entre economia e sociedade que caracteriza o paradigma neoliberal, mas, ao mesmo tempo, evitando a intromissão da política. Tal vez assim se entenda sua denominação expressa de “Economia Social” (livre tradução).

Neste tipo de economia, perde sentido a consideração da oferta e da demanda como entidades abstratas, supostamente vocacionadas a harmonizarem-se graças à ação da mão invisível, num processo mais conhecido como auto-regulação de mercado. Do mesmo modo, a competição também deixa de ter importância nesta lógica. O objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual dos regimes de mercado, supostamente auto-regulados em relação à produção e o consumo (por seus efeitos danosos em termos sociais), e o estímulo à livre associação entre produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários), permitindo a criação do conceito *prossumidores* (FRANÇA FILHO, 2007, p. 161, grifos no original).

A impressão que estes autores nos passam é que, ao fazer uma crítica correta à visão utilitarista da economia, os mesmos começam a acreditar na possibilidade de uma convivência pacífica entre o modo de produção hegemônico, isto é, a produção e circulação capitalista, e a economia solidária. Entende-se ainda, a possibilidade de isolar as experiências solidárias (através da formação de redes de empreendimentos deste tipo) protegendo as mesmas das mazelas do mercado e do capitalismo como um todo.

Em seu texto, Schmidt critica esta posição em defesa de uma falsa pluralidade, afirmando que os autores não consideram em sua análise a existência de uma classe dominante capitalista, isto é, dona dos meios de produção e detentora de poder de mercado que devido à necessidade de acumulação contínua do capital, não pode compartilhar o comando da sociedade com os trabalhadores, sejam estes assalariados ou mesmo cooperados das experiências solidárias.

O autor [França Filho] esquece ou não reconhece, aliás à semelhança da economia *standart*, a existência de classes sociais e desta forma não considera o hegemonismo da classe dominante que dispõe de meios materiais (dinheiro, mídia, etc) para sabotar a evolução democrática. Esta no máximo tolera ou vê com bons olhos uma economia solidária raquítica, convivendo na sombra ou em simbiose com o mercado, que reduz as tensões sociais ou até se articula como sócio menor nos processos de terceirização da empresa capitalista (SCHMIDT, 2010).

Perspectiva semelhante é encontrada em Mészáros (2002) para quem o sociometabolismo do capital não é passível de controle ou mediação da sua lógica expansionista, fundamental para a continuidade da sua existência.

O impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição nacional em escala global. Praticando uma restrição racional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico do seu modo de funcionamento, cometendo suicídio como sistema de controle sociometabólico historicamente único (MÉSZÁROS, 2002, p. 259).

O segundo grupo destacado por Schmidt é capitaneado pelo professor Singer. Diferente do primeiro grupo, Singer já observa nas experiências de economia solidária as práticas de outro modo de produção diferente do atualmente hegemônico. Em seus textos, Singer tem defendido a ideia que a economia solidária deve ser considerada um novo modo de produção (SINGER, 2002; SINGER, 2003).

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda (SINGER, 2002, p. 10).

Ao ler esta afirmação de Singer pode-se chegar à conclusão de que na economia solidária já encontramos as bases para um modo de produção socialista, neste sentido, cabe afirmar que a economia solidária não é uma “ilha” de socialismo no oceano do modo de produção capitalista. Esta conotação não é uma exigência plausível, porque se é verdade que não se pode implantar o socialismo num só país, não é menos verdadeiro estender esta limitação a um conjunto de empreendimentos, apesar da possível proximidade dos mesmos com a proposta socialista.

Devo comentar que, ao acompanhar os discursos recentes deste autor, percebo uma mudança de posição neste ponto. Em recente conferência realizada na PUC – RS<sup>20</sup>, o autor afirmou que o movimento de economia solidária só deve se preocupar com a superação do capitalismo o dia que consiga organizar um sistema melhor para a sociedade. Ao negar a transição ao socialismo como uma das tarefas do movimento de economia solidária, Singer acaba se aproximando da posição de autores como França Filho, para os quais é possível uma convivência “harmônica” da economia solidária dentro do capitalismo.

Outro ponto destacado por Schmidt (2010) diz respeito à relação entre economia solidária e o mercado. Ao criticar o planejamento burocrático da ex-União Soviética e do leste europeu, Singer defende o mercado como o melhor mecanismo de regulação. Embora Schmidt não defenda a extinção do mercado, afirma que os seus mecanismos de regulação podem ser promotores de desigualdades. Para contornar esta possibilidade, o autor defende que aqueles

---

<sup>20</sup>Café Solidário da Semana de Desenvolvimento Socioambiental da PUC – RS em 23 de agosto de 2012.

produtos que atendem necessidades básicas devem ser produzidos a partir de uma planificação participativa, deixando para a regulação via mercado aqueles que podem ser considerados supérfluos.

Não podemos ignorar que a economia solidária mantém uma característica importante do capitalismo que é a produção de mercadorias. Esta produção não tem por objetivo atender às necessidades de consumo da sociedade, ela está centrada no valor de troca destas mercadorias que são apenas um meio de transformar certo capital em mais capital, gerando assim um excedente econômico realizado no mercado. Este esquema que Marx simplificou como D - M - D' persiste no dia a dia da economia solidária.

Para Mészáros (2002), apenas uma reorientação para uma política radical que redirecione totalmente a estrutura econômica poderia destruir o sistema hegemônico do capital, criando outro modo de produção e vida, que atrelado à produção de bens necessários e úteis (valor de uso) em um modo de produção de indivíduos livremente associados, sustentados por um novo sistema sociometabólico, global, sem a ação do Estado, seria capaz de formar um novo sentido para a condição humana de sustento, convivência e produção.

É na produção desta perspectiva que encontramos o terceiro grupo de autores da economia solidária. Para eles a economia solidária não pode ser vista como algo acabado, ao contrário, trata-se de uma construção política, econômica e social que demonstra potencial para uma transformação social mais profunda. Destacamos aqui dois autores Édi Benini e Henrique Novaes.

Benini (2012) afirma que para entender a economia solidária, esta não pode ser vista como um movimento de ruptura, nem como um fenômeno meramente funcional ao capitalismo. Sendo assim, deve-se enxergar na práxis da mesma, os mecanismos que surgem para sobreviver aos imperativos do capital, ora se adaptando, ora fazendo a crítica.

O autor destaca três pontos onde a práxis da economia solidária questiona os fundamentos do capital: (1) propriedade coletiva ou comunitária frente à propriedade privada dos meios de produção; (2) criação de moeda social, sistemas de comércio justo, redes de troca e finanças solidárias para enfrentar a mediação mercantil; (3) organização autogestionária para enfrentar a lógica da burocracia heterogestionária (BENINI, 2012).

Apesar disso, tais questionamentos ainda não conseguem ter “consistência suficiente para um movimento efetivo de enfrentamento/reversão [do capital]” (BENINI, 2012, p. 54). Isto se deve ao conjunto de contradições presentes em cada um dos pontos elencados anteriormente.

Assim, a propriedade coletiva ou comunitária, devido à sua fragmentação, pode acabar levando a propriedade privada de grupos; na busca de meios de intercâmbio solidário têm-se uma fragmentação econômica e a subordinação aos fluxos dominantes de acumulação mercantil que acarreta na determinação via mercado (dos preços, das retiradas dos cooperados, do nível de produção, etc.) e na concorrência entre empreendimentos solidários; por último a autogestão não pode ser plena devido às mediações alienadoras do capital (BENINI, 2012).

Para Benini, as soluções dos problemas referentes ao trabalho associado aqui elencados podem estar implícita nos mesmos.

Dessa forma, se as várias tentativas de auto-organização dos trabalhadores, no movimento da economia solidária, questionam as mediações do capital, mas não tem força ou densidade suficiente para a sua anulação ou reversão, isto se deve às múltiplas ambiguidades que fragmentam tal campo. Aprofundando um pouco mais nesta análise, vemos que o trabalhador associado está, simultaneamente, fragmentado do ponto de vista econômico e material, e integrado do ponto de vista das mediações do capital. Logo, o encaminhamento que deriva de tal situação seria buscar meios de integração material e econômica plena do trabalho associado. Dito de outra forma, um sistema orgânico de auto-organização (BENINI, 2012, p. 55).

Novaes (2007a) afirma que muitos dos autores da economia solidária defendem a regulação do mercado. Ao analisar a sociedade capitalista, o autor afirma que esta está muito longe de ser regulada por mercados livres. A regulação do capitalismo é feita através do planejamento das grandes empresas transnacionais. Diante deste quadro, Novaes afirma que “os autores da ES realizam uma crítica parcial, senão incompleta, ao sociometabolismo do capital” (p. 4). Mesmo que as fábricas recuperadas, os empreendimentos solidários e as cooperativas populares percebam que competem no mercado (inclusive entre si) as mesmas não vislumbram a “coordenação global pelos produtores associados” (NOVAES, 2007a, p. 5). O autor aponta ainda que esta postura pode levar ao rejuvenescimento do chamado *socialismo de mercado*.

Para nós, as fábricas de trabalhadores não podem ser analisadas sem se prestar atenção ao entorno em que estão inseridas. Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas para dentro das cooperativas, celebrando a nova forma de decisão democrática, parlamentarista, na qual os trabalhadores decidem coletivamente os rumos de cada empresa sem se observar a permanência da perda do controle do produto do trabalho (NOVAES, 2007a, p. 9).

Para Novaes, a economia solidária, na sua condição de movimento social deve colocar em suas tarefas a necessidade de um planejamento controlado pelos trabalhadores em oposição ao controle capitalista da produção e à planificação burocrática do modelo soviético. Este novo planejamento deve ser global, portanto, deve superar as fronteiras da porta das fábricas levando a autogestão para toda a sociedade.

Podemos observar que, como afirmei anteriormente, a economia solidária é um conceito em disputa e que as divergências apresentadas pelos diferentes autores se relacionam com a perspectiva de projeto futuro deste movimento. Este leque abarca uma economia solidária voltada ao combate à pobreza e em convivência harmônica com o capitalismo até a perspectiva de uma transformação radical de modelo societal. Seguindo a perspectiva deste último grupo farei no próximo capítulo uma discussão da autogestão à luz das experiências da ES para que, no capítulo final consiga analisar as interações entre estas e a distribuição do excedente.

## 4. HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO

A economia solidária é um dos movimentos que assumiu para si a bandeira da autogestão, isso significa que as pessoas que fazem parte dos empreendimentos solidários, assim como os membros das entidades de apoio a estes elaboram uma crítica, embora nem sempre idêntica, à forma de gestão das empresas capitalistas, do Estado e, em alguns casos, da sociedade como um todo. Identifica-se nesta gestão o que os críticos da Teoria Organizacional chamam de *práticas organizacionais verticais* que definirei no decorrer deste capítulo.

Os conceitos de autogestão e heterogestão só podem ser entendidos enquanto relação, ou seja, só podemos entender a existência de heterogestão a partir de uma visão autogestionária, assim como só é possível defender a autogestão se entendemos o contexto heterogestionário que nos cerca.

Neste capítulo explicarei ambos os conceitos e sua relação assim como as diferentes visões de autogestão presentes na economia solidária. Como será facilmente observado, farei uso de autores e de categorias que são próprias da administração. Isto faz parte de uma escolha neste trabalho. A separação entre ciências econômicas e administração colabora para a formação de uma macro e microeconomia isenta da análise da gestão e das relações de poder<sup>21</sup>, assim como, por outro lado, esta separação também fomenta os estudos organizacionais desprovidos de uma análise ampla da sociedade.

### 4.1 A HETEROGESTÃO NA TEORIA ORGANIZACIONAL

As teorias da heterogestão estão organizadas num campo conhecido como *teoria organizacional*. Esta faz um apanhado das principais práticas gerenciais como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo.

Em seu livro *Princípios de Administração Científica*, Taylor (1990) afirma que o que justifica a necessidade de uma administração científica é a necessidade de cooperação entre

---

<sup>21</sup>A gestão não pode ser entendida apenas como alocação de recursos, principalmente se considerarmos que na teoria econômica esta alocação se dá quase que de forma automática, desconsiderando as desigualdades de classes sociais e de poder presentes na sociedade. Trata-se de uma gestão sem humanos.

patrões e empregados para assegurar a ambos “o máximo de prosperidade”. O autor afirma que, diferente do que se costuma pensar nas empresas, há uma identidade de interesses entre empregados e empregadores já que ambos desejam maximizar o seu ganho individual, não havendo sentido algum num confronto entre capital e trabalho.

Temos, pelo menos, a esperança de que alguns que não simpatizam com estas ideias serão levados a modificar seu ponto de vista; que alguns patrões, em cujas atitudes para com os empregados demonstram querer obter maior soma de trabalho com menores salários possível, compreenderão que uma política mais liberal com seus homens ser-lhes-á mais proveitosa, e que alguns dos operários que invejam os lucros grandes ou mesmo razoáveis dos patrões e que julgam pertencer-lhes todos os frutos do seu trabalho, considerando pouco ou nada do capital investido no negócio, poderão ser levados a modificar a sua opinião (TAYLOR, 1990, p. 25).

Para Fayol (1989), as atividades das empresas podem ser divididas em seis funções: as técnicas, comerciais, financeiras, de segurança, de contabilidade e administrativas. Apenas a última tem entre suas tarefas a de formular o programa geral de ação da empresa. Fayol destaca como principais funções do administrador a previsão, a organização, a coordenação, o controle e o comando (FAYOL, 1989).

Superando a visão meramente empresarial do gestor, Weber analisa este fenômeno numa perspectiva sociológica a partir do que vai denominar de burocracia. Para este autor há três formas de dominação que define o perfil dos seus líderes. A dominação tradicional, que fundamenta a sua legitimidade nos costumes e tradições; a dominação carismática, que se fundamenta na crença dos indivíduos nas capacidades excepcionais de um líder e, por último; a dominação racional-legal que se baseia na construção de um arcabouço normativo e na capacidade daqueles que foram instituídos para exercer o comando, em geral, por atribuições técnicas (WEBER *apud* MISOCZKY E MORAES, 2011).

Ao descrever a dominação racional-legal exercida pela burocracia Weber afirma:

A obediência não é devida a alguém pessoalmente, mas a regras e regulamentos legais, que preceituam a quem e a que regra se deve obedecer. A pessoa investida de autoridade, quando dá uma ordem, também obedece a uma regra [...]. A pessoa que comanda é tipicamente o 'superior', dentro de uma 'competência' ou 'jurisdição' funcionalmente definida [...]. A obediência canaliza-se através de uma hierarquia de funções, subordinando as funções inferiores às mais altas [...]. Do ponto de vista técnico, a operação baseia-se na disciplina organizacional (WEBER *apud* MISOCZKY E MORAES, 2011, p. 24).

Ao apresentar as características necessárias ao corpo burocrático, Weber destaca: a autoridade organizacional, determinada pelo exercício contínuo de funções oficiais; o princípio da hierarquia oficial, estabelecendo instâncias de controle e supervisão para cada autoridade; o conjunto de regras, que normatizam as funções da organização e a exigência de determinada qualificação profissional, assim como o frequente uso de registros documentais.

Para Weber, a eleição de superiores pelos seus subordinados, colocaria em risco a legitimidade destes e a qualificação do corpo técnico.

[Por isso] O tipo puro do funcionário burocrático é nomeado por uma instância superior. Um funcionário eleito pelo dominados deixa de ser uma figura puramente burocrática. [...] a nomeação dos funcionários mediante uma eleição por parte dos dominados modifica o rigor da subordinação hierárquica. [...] em princípio, uma posição autônoma, pois esta não deriva 'de cima', mas sim 'de baixo', ou, pelo menos não lhe foi proporcionada pela instância superior da hierarquia oficial (WEBER *apud* MISOCZKY E MORAES, 2011, p. 27).

Segundo Costa (2009), a história da gestão demonstra que a administração científica dominou o estilo de gerenciamento das organizações no século XX. Para este autor “nem a revolução da tecnologia está sendo capaz de eliminar essa prática de realizar uma tarefa com base na medição do tempo de trabalho para o menor movimento e fazer com que a divisão do trabalho torne as etapas repetitivas e simples, permitindo a redução do custo de mão de obra” (p. 3).

Ainda segundo Costa (2009), esta prática atendeu tanto aos interesses do capitalismo quanto aos do comunismo<sup>22</sup> e do fascismo. O autor afirma ainda que, apesar das inúmeras produções acadêmicas na área de gestão, ainda não se criou algo que substitua o planejamento na empresa sendo que a não existência de planejamento significa planejar o fracasso do negócio.

Devido a sua estrutura, o sociometabolismo do capital exige uma coordenação hierárquica fundada na lógica de autoridade e submissão, fazendo com que cada estrutura da sociedade tenha uma minoria que comanda e uma maioria que obedece. Esta estrutura é imprescindível para a sua constante reprodução.

---

<sup>22</sup> Costa (2009) chama de comunismo a experiência da URSS e coloca a mesmajunto com as experiências autoritárias do nazismo alemão e do fascismo italiano. Entender o comunismo como um regime totalitário é uma contradição, pois, para Marx, o comunismo é uma sociedade de livre associação de produtores onde não existem classes sociais nem Estado.

A articulação hierárquica e contraditória do capital é o princípio geral de estruturação do sistema, não importa o tamanho de suas unidades constituintes. Isso se deve à natureza interna do processo de tomada de decisões no sistema. Dado o antagonismo estrutural inconciliável entre capital e trabalho, esse último está categoricamente excluído de todas as decisões significativas. Isso não se dá apenas no nível mais geral, mas até mesmo nos 'microcosmos' constituintes desse sistema, em cada unidade de produção. Pois o capital, como poder alienado de tomada de decisão, não pode funcionar sem tornar suas decisões absolutamente inquestionáveis (pela força de trabalho) em cada unidade produtiva, pelos complexos produtivos rivais do país, em nível intermediário ou, na escala mais abrangente, pelo pessoal de comando de outras estruturas internacionais concorrentes. É por isso que o modo de tomada de decisão do capital – em todas as variedades conhecidas ou viáveis do sistema do capital – há forçosamente de ser alguma forma autoritária de administrar empresas do topo para a base (MÉSZÁROS, 2002, p. 27)

É por isso que para Mézáros (2002), qualquer aceno do capital em dividir o poder com os trabalhadores ou de permitir sua participação na tomada de decisões “só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 27).

Para Tragtenberg (2006) as teorias administrativas são socialmente determinadas a partir da necessidade da legitimação burocrática do poder, seja público ou privado. Nesse sentido o autor aponta para a necessidade de estudar as teorias administrativas como ideologia.

Pretendemos estudar as teorias da administração dinamicamente, ou seja, como representações intelectuais de momentos de desenvolvimento histórico-social, explicar sua transitoriedade e ambigüidade: *ideológicas* como *falsa consciência* da realidade, ao mesmo tempo, *operacionais* em nível técnico (TRAGTENBERG, 2006, p. 20, grifos no original).

Para este autor, o surgimento da burocracia se dá com o surgimento do Estado, elemento de mediação na divisão social entre governantes e governados. Esta dominação está presente já no modo de produção asiático, o que faz da burocracia a primeira classe dominante. Tragtenberg aponta que esta dominação burocrático-patrimonial inicia-se a partir das necessidades técnicas e finaliza com o poder de exploração consagrando a burocracia como detentora do poder político (TRAGTENBERG, 2006).

Ainda segundo Tragtenberg, esta divisão só foi possível devido ao aparecimento do excedente econômico que, ao ser apropriado por uma minoria de indivíduos com retribuição à sociedade, faz que esta exploração assuma também caráter de dominação, não sendo a de um indivíduo sobre outro, mas “de um indivíduo que personifica uma função sobre a comunidade” (TRAGTENBERG, 2006, p. 31).

Para Misoczky (2010), a organização costuma ser definida como um sistema que será funcionalmente eficiente se for capaz de definir metas explícitas e racionalmente definidas. A autora critica a vertente dominante dos Estudos Organizacionais (EO) por estabelecer conexões artificiais entre indivíduo e organização ou entre a última e o meio-ambiente, deixando de lado a análise da sociedade que os mesmos estão inseridos.

Cumprindo a sua função, a vertente dominante dos Estudos Organizacionais (EOs) produz estudos para quem gerencia, dissemina a naturalização das relações de dominação e legitima a dominação do mercado (MISOCZKY, 2010 p. 14).

Partindo dos tipos ideais de Weber, Misoczky e Moraes (2011) constroem duas categorias de análise: *práticas organizacionais verticais e práticas organizacionais horizontais*. Usaremos aqui estes dois tipos ideais para elucidar o que entendemos por heterogestão e autogestão.

O primeiro ponto a considerar é que as práticas organizacionais verticais são necessárias para a reprodução do capital e de sua lógica conforme foi apontado acima na citação de Mészáros, para este autor, a teoria de Weber tenta naturalizar estas práticas e justificá-las através da busca de determinado grau de eficiência que serviria para a sociedade como um todo, desconsiderando as contradições sociais presentes no capitalismo.

Para Dussel (2005), a organização vertical da heterogestão baseia-se no que o autor chama de mandar mandando: a fetichização do poder leva a que uns dominem os outros. Aquele(s) que manda(m) mandando é (são) revestido como sujeito autorreferente do poder (DUSSEL *apud* MISOCZKY E MORAES, 2011).

As autoras apontam as principais categorias que sintetizam o tipo ideal das práticas organizacionais verticais: a eficiência como valor racionalizador, a concentração de poder, ou seja, poucos decidem e muitos executam; a hierarquia que é expressa por uma cadeia de comando piramidal; um conjunto de leis e normas que definem o funcionamento da organização e a naturalizam como condição necessária para atingir a eficiência, e por último, o controle, um sistema de regulação para garantir a obediência dos subordinados.

Na próxima seção deste capítulo apresentaremos as características das práticas organizacionais horizontais.

#### 4.2 A AUTOGESTÃO COMO MEIO E FIM

O controle hierárquico do capital sobre o trabalho recebeu inúmeros questionamentos ao longo da história. Inúmeras foram as tentativas de superação das práticas organizacionais verticais a partir da auto-organização dos trabalhadores. Uma destas experiências de resistência culminou na Comuna de Paris, um levante revolucionário que governou a capital da França por 72 dias (de 18 de março a 28 de maio de 1871). Neste curto período, a comuna buscou meios de superação do Estado, extinguindo a polícia e formando um governo de participação direta dos operários.

No mesmo período, na Inglaterra observamos o surgimento do cooperativismo através da cooperativa de consumo de Rochdale. Sendo considerada a pioneira nesta forma de organização, a cooperativa iniciou suas atividades para abastecer os seus sócios de víveres como pão, manteiga e aveia.

Na atualidade podemos observar diferentes movimentos autogestionários, como o de ocupação de fábricas recuperadas na Argentina e as experiências de economia solidária no Brasil.

Para Markovic (2001), a autogestão, em seu sentido restrito refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisão dentro da empresa. Para isto, os meios de produção devem ser socializados (entre os produtores ou na sociedade). No seu sentido amplo, a autogestão diz respeito à estrutura básica da sociedade socialista na economia, na política e na cultura; através dos conselhos de autogestão e das assembleias.

Para Nascimento (2007), a autogestão é uma palavra nova para uma ideia que é tão antiga como o movimento operário, remontando ao início do século XIX. Esta deve ser vista como um meio – forma de organização dos trabalhadores para derrotar o capital – e também como um objetivo a ser alcançado – a sociedade dos livres produtores associados.

Em seu escrito *Os Conselhos Operários*, Pannekoek (s/d) afirma a necessidade da auto-organização dos trabalhadores como meio de luta contra o capital. Observando as greves da sua época, o autor defende a necessidade de romper com a lógica da direção centralizada, presente nos partidos e sindicatos dos operários.

A verdadeira organização de que os operários têm necessidade no processo revolucionário é uma organização na qual cada um participa, corpo e alma, tanto na ação como na direção, na qual cada um pensa, decide e age mobilizando todas as suas faculdades – um bloco unido de pessoas plenamente responsáveis. Os dirigentes profissionais não têm lugar numa tal organização. Bem entendido será necessário obedecer: cada um deverá conformar-se às decisões para cuja formulação ele próprio

contribuiu. Mas a totalidade do poder concentrar-se-á sempre nas mãos dos próprios operários (PANNEKOEK, 1936, p. 2).

Novaes (2007), afirma que a palavra autogestão é polissêmica, o que exige que ao utilizar este conceito se observe o significado em uso. Mais do que isso, a autogestão é um conceito (e por isso, também uma prática) em disputa. Segundo este autor, é impossível pensar a autogestão fora do seu contexto, sendo que o principal desafio da economia solidária (assim como do movimento socialista) é o de tornar a autogestão uma prática para além da fábrica, inundando a sociedade com os seus princípios de ação e reflexão.

Para Singer (2002) a autogestão cumpre um papel determinante na economia solidária. Segundo o autor, “talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas” (SINGER, 2002, p. 16). Diferente das empresas capitalistas que praticam a heterogestão,

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (SINGER, 2002, p. 18).

Para Vieitez e Dal Ri (2001), a empresa autogestionária “elimina algumas determinações que originam os conflitos ligados às relações de trabalho capitalistas, porém, as novas estruturas criadas, no atual estágio de desenvolvimento, preservam elementos fundamentais do trabalho alienado” (p. 99). Os autores apontam que em inúmeras cooperativas encontram-se direções de quadros, ou seja, um grupo de dirigentes que comanda o empreendimento. Ao apresentar as principais características dos quadros os autores apontam que (1) são lideranças da classe trabalhadora, (2) são oriundos de sindicatos, movimentos sociais e partidos, (3) geralmente são eleitos pelos seus pares, (4) costumam se perpetuar nas funções diretivas, (5) são dependentes, em maior ou menor grau, do coletivo que dirigem, (6) do ponto de vista político, seguem as mais variadas posições, podendo ser líderes reacionários, conservadores, progressistas ou revolucionários.

A organização de quadros é a forma que o coletivo de trabalhadores consegue organizar as suas demandas dadas as circunstâncias encontradas. Porém, esta organização não deixa de ser

a expressão política e administrativa da alienação do trabalho em suas próprias organizações. Este fenômeno político pode levar à concentração de poder através do controle de processos diretivos como certos conhecimentos e informações que não chegam ao “chão de fábrica”. Ao perceber que a sua presença nos espaços de decisão não é capaz de mudar os rumos da cooperativa, os cooperados podem abandonar as instâncias de decisão o que pode levar a uma degeneração da organização, ou seja, que o empreendimento autogestionário se transforme numa empresa convencional e a sua equipe diretiva acabe se transformando na personificação do capital.

Ruggeri (2010) delimita o conceito de autogestão em função das experiências operárias que remetem à gestão econômica, em especial à recuperação de empresas pelos trabalhadores na Argentina. Para este autor o que determina a autogestão é “a gestão dos trabalhadores sobre uma unidade empresarial prescindindo de capitalistas e gerentes, desenvolvendo sua própria organização do trabalho sob formas não hierárquicas” (RUGGERI *apud* MISOCZKY E MORAIS, 2011, p. 76). Em outro momento, o autor afirma a necessidade de coordenar junto com as experiências autogestionárias, a viabilidade econômica dos empreendimentos.

[...] é importante levar em conta que não basta, para a autogestão da produção econômica, a organização coletiva e horizontal, que estas formas de organização devem buscar a viabilidade econômica dos empreendimentos, assim como teriam que fazer no caso de experiências mais amplas no nível de coletivos sociais maiores (Idem, p. 76 – 77).

Misoczky e Moraes (2011) destacam algumas práticas que formam o conjunto definido como *práticas organizacionais horizontais*: gestão coletiva; apropriação coletiva e desenvolvimento de saberes relativos à produção e à gestão; práticas assembleárias para a tomada de decisão; constituição de instâncias deliberativas; delegação para a execução das decisões tomadas pelo coletivo; decisão coletiva para firmar regras de conduta; tomada de decisão através do consenso; garantia do direito à palavra para todos; responsabilidade individual e coletiva, uma vez que as decisões envolvem a todos e as consequências ou resultados positivos ou negativos recaem sobre todos igualmente; responsabilidade pela execução das próprias atividades sem a necessidade de controle e definição de uma nova cartografia do poder organizacional pela dinâmica das ações coletivas e pela construção do poder desde baixo.

Para as autoras, estas práticas organizacionais têm por ponto central a “descentralização das tomadas de decisão, a polivalência de funções e o desaparecimento de hierarquias salariais, rompendo com a propriedade privada e avançando na direção de uma tentativa de propriedade coletiva dos meios de produção” (MISOCZKY E MORAES, 2011, p. 73).

Ao apresentar as práticas organizacionais horizontais, Misoczky e Moraes (2011) tecem algumas críticas ao conceito de autogestão. Para as autoras a adoção deste conceito não é muito feliz pois a noção de gestão está relacionada à racionalidade instrumental econômica. Por se tratar de uma tradução de uma palavra iugoslava para um fenômeno social daquele país, onde há uma ampla incorporação do taylorismo/fordismo no trabalho, a noção de gestão seria adequada. Para as autoras é importante problematizar a transposição inadequada de conceitos e suas consequências.

[...] a noção de gestão é indissociável de direção e controle. No extremo, poder-se-ia afirmar que a autogestão é uma contradição em termos, a gestão só pode ser heterogestão. Mais que isto, a noção de autogestão da sociedade, ainda que cheia de boas intenções, implicaria em uma inflexão na direção oposta ao que se quer dizer. Claro que esta discussão não pode ser feita com esta singeleza. Por este motivo, aqui apenas explicitamos as origens do desconforto com o uso disseminado e naturalizado do termo autogestão para definir práticas organizacionais tidas como indispensáveis para que o processo de luta contra o capitalismo seja coerente (MISOCZKY E MORAES, 2011, p. 52).

Se observarmos com atenção a tradição encarnada no conceito de gestão, ou seja, as práticas que ao longo da história e diariamente são atribuídas a esta matéria, chegaremos à conclusão de que o questionamento levantado pelas autoras é pertinente e não se trata apenas de uma questão semântica, embora também o seja.

Quando as autoras afirmam que a gestão é indissociável de direção e controle, precisamos fazer uma ressalva, pois nesse sentido, o conceito de autogestão nos parece pertinente. A autogestão, também chamada de autodireção por Pistrack (2011), deve ser entendida como a passagem do controle do capital sobre o trabalho, para o controle do trabalho por ele mesmo. Entendemos o controle na autogestão do trabalho como a adoção de mecanismos de verificação das atividades acordadas coletivamente. Isto é importante quando verificamos que em muitos empreendimentos autogestionários há uma ausência de coordenação, o que acaba levando a uma atomização das ações. Em suma, o planejamento coletivo exige um controle coletivo do seu cumprimento. Este controle não pode ser feito por um grupo dirigente, pois se

retoma o risco da burocratização. O correto, embora nem sempre seja possível, é que cada membro se responsabilize por uma parte do controle coletivo.

Outro ponto levantado por Misoczky e Moraes (2011) diz respeito à contradição na expressão *autogestão da sociedade*. Para desenvolver esta análise é necessário entender o sentido e o contexto da palavra autogestão para logo entender o conjunto da expressão e suas consequências.

Nascimento (2007) afirma que o termo 'autogestão' é relativamente novo (surgindo enquanto palavra a partir da década de 60) embora a ideia seja tão antiga quanto o próprio movimento operário que remonta ao início do século XIX. “Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e ao seu movimento de emancipação” (p. 31).

O autor afirma que é a partir das experiências que se concretiza a autogestão, expressando as várias formas e sentidos em que ela aparece nos diferentes momentos da história das lutas dos trabalhadores. Sendo assim, a história destas experiências é fundamental para desenvolvermos o conteúdo do projeto socialista autogestionário (NASCIMENTO, 2007).

Segundo Lefebvre, “a autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como 'meio de luta', abrindo caminho, e como 'meio de reorganização da sociedade', a transformação 'de baixo para cima' da vida cotidiana e do Estado” (LEFEBVRE *apud* NASCIMENTO, 2007, p. 37).

Sendo assim, devemos entender os diferentes aspectos do conceito autogestão. O primeiro, no nível teórico formal, onde se considera o sentido atribuído ao conceito de gestão e que a ressalva dada por Misoczky e Moraes é pertinente. O segundo diz respeito ao significado que este conceito ganhou nas diferentes experiências em que foi reivindicado. Na minha compreensão, apesar de reconhecer que há diferentes compreensões em diferentes contextos históricos, o movimento operário autogestionário foi o que mais se aproximou em suas formulações à *sociedade dos produtores livremente associados*. O terceiro aspecto refere-se às limitações da aplicação da autogestão numa sociedade heterogestionária como a capitalista. Cabe reconhecer que estas práticas estão fragmentadas devido aos imperativos econômicos, como o poder de mercado, e aos imperativos políticos, como o poder de Estado.

Para Novaes (2007a), “ao observar a autogestão somente enquanto uma possibilidade de tomada de decisões democráticas dentro das fábricas, sem se atentar para a necessidade de coordenação harmoniosa da produção, a ES realiza uma crítica parcial, senão incompleta” (p. 14).

A partir do debate aqui suscitado, podemos enxergar a autogestão como um meio de luta, onde devemos avançar em cada espaço de direção onde seja possível torná-la autogestionária, para chegar a um fim, que é uma sociedade autogestionária, sem Estado e sem capital. Por se tratar de um movimento histórico, apresentará em seu processo inúmeros avanços e retrocessos que colocarão a prova a validade deste projeto.

## 5. Apropriação do Excedente Econômico na Economia Solidária

O caminho metodológico até aqui percorrido nos permitiu compreender os tipos ideais de autogestão e economia solidária, assim como a categoria de excedente econômico em Marx. Seguindo em frente, nosso objetivo agora é observar à luz destes tipos ideais, como é apropriada e distribuída a mais-valia nos empreendimentos de economia solidária dando ênfase à relação entre a distribuição e o grau de autogestão de cada empreendimento.

Na primeira parte deste capítulo analiso a distribuição do excedente apropriado pelo empreendimento, ou seja, como se dá a distribuição das retiradas, sobras e outros benefícios pelos cooperados. Para a realização desta descrição me apoio em estudos realizados a partir de pesquisas empíricas. Entre estes destaco os livros *O Fetiche da Tecnologia* de Henrique Novaes e *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão* de Cândido Vieitez e Neuza Dal Ri. Faço referência ainda a um estudo de pesquisadores argentinos, *Coproducción de conocimientos: distribución de excedentes dentro de cooperativas y emprendimientos autogestionados* (DELLAVALLE *et al*, 2012). Num segundo momento faço um paralelo entre a distribuição de uma empresa capitalista e a de um empreendimento econômico solidário, enfatizando os meios utilizados por este último para diminuir a distribuição do excedente através do mercado.

### 5.1 APROPRIAÇÃO DO EXCEDENTE E DISTRIBUIÇÃO NO EMPREENDIMENTO

No primeiro capítulo apresentei o conceito de excedente e como funciona a sua produção e distribuição na economia capitalista através do mecanismo de mercado segundo a teoria marxiana. Assim observamos que a mais-valia, assim que é produzida na esfera da produção, não é apropriada pelo capitalista em sua totalidade. Este se vê obrigado a distribuir o excedente produzido pelo trabalho para as diferentes frações do capital – lucro comercial, juro, renda fundiária e impostos.

A parte da mais-valia que é produzida e apropriada pelo capitalista recebe o nome de lucro industrial e destina-se uma parte para o consumo dos capitalistas e outra parte para a reprodução ampliada do capital. Estes duas funções do lucro são fundamentais para a manutenção sistêmica do capital e de suas unidades produtivas que precisam crescer de forma contínua e, ao mesmo tempo, defender o seu espaço no mercado em relação às empresas concorrentes.

Dando continuidade ao nosso trabalho, temos a tarefa de entender como o processo de apropriação e distribuição interna do excedente se dá nos empreendimentos econômicos solidários.

A primeira diferença que deve ser apontada é que o lucro industrial é apropriada pelos próprios produtores já que nos EES estes são possuidores da força de trabalho e dos meios de produção. Também por este motivo, o lucro industrial, que é chamado de *sobras* nas cooperativas, divide-se em uma parte que é utilizada para o consumo dos cooperados e outra que é usada para a reprodução ampliada dos empreendimentos. Esta reprodução ampliada, embora inicialmente seja similar à reprodução ampliada do capital, deve se diferenciar em seu propósito, contribuindo para o que Cruz (2012) chama de *acumulação solidária*.

A distribuição de retiradas e sobras está relacionada com o grau de autogestão presente no empreendimento. A forma como são distribuídos os frutos do trabalho é influenciada pela participação em maior ou menor grau do conjunto dos cooperados nas deliberações necessárias ao funcionamento do empreendimento. Segundo Vieitez e Dal Ri (2001), a distribuição de sobras e retiradas é um dos principais motivadores de conflitos nos empreendimentos autogestionários. Os autores observam que, entre diferentes variáveis que podem indicar o grau de autogestão no empreendimento (modalidade do empreendimento, origem dos dirigentes, espaços de decisão coletiva, frequência de reuniões e assembleias, planejamento e orçamento realizados coletivamente) o perfil distributivo é uma das variáveis mais importantes.

Nas próximas seções apresentamos os estudos de caso levantados por três grupos de autores. O primeiro trabalho é dos professores da Unesp Cândido Vieitez e Neusa Dal Ri, tem sua pesquisa realizada em 2000 e sua publicação em 2001. O segundo é do economista Henrique Novaes com pesquisa de mestrado realizada em 2004 e 2005 tendo a sua publicação em livro no ano de 2007. O último é um artigo do coletivo de assessoria, pesquisa e extensão Taller Partida Doble da Universidade de Buenos Aires (UBA). Este foi publicado em 2012 sendo que parte dos seus dados foram coletados no ano anterior à publicação.

#### 5.1.1. Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão

Os autores estudam a dinâmica das relações autogestionárias afirmando que por ser uma experiência diferente das empresas capitalistas, a empresa autogestionária “elimina algumas determinações que originam os conflitos ligados às relações de trabalho capitalista, porém, as

novas estruturas criadas, no atual estágio de desenvolvimento, preservam elementos fundamentais do trabalho alienado” (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 99).

Um dos objetivos do trabalho é medir os diferentes graus de democratização da gestão nos empreendimentos partindo do pressuposto de que a democracia nas EAs é definida pelo que os autores chamam de poder coletivo, ou seja, “a sua maior ou menor capacidade de gerir a empresa, e pelo perfil distributivo existente” (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 119). Neste sentido, examinou-se variáveis como a modalidade do empreendimento, origem dos dirigentes, perfil distributivo, instâncias de decisão coletiva assim como a frequência das assembleias gerais, planejamento e orçamentos coletivos.

Os itens acima descritos foram analisadas em 14 empreendimentos autogestionários e se chegou a delimitação de três perfis diferentes dentro desta amostra, sendo o primeiro um perfil mais democrático e o terceiro o que demonstra um maior controle da direção sobre a empresa. Os empreendimentos analisados são: a Fibratex (Fib), a Coperferro (Fer), a Metalcoop (Met) e a Coopersul (Sul) no primeiro perfil. A Coopercon (Con), a Metalar (Lar), a Mactel (Tel), a Coopermar (Mar), a Coopersol (Sol) e a Cooperpan (Pan) integram o segundo perfil. No terceiro perfil encontramos a Cooperfios (Fios), a Coopermaq (Maq), a Coopertextil (Tex) e a Irison (Iris).

Tabela 1: Indicadores de democracia autogestionária no grupo I

	Origem dirigentes	Modalidade de empresa	Diferença entre retiradas	Sobras	Frequência das assembleias	Outras formas de participação	Orçamento	Planejamento
Fib	Ideológica	Ltda	0	Igual	Mensal	Grupos trabalho	Tem	Tem
Fer	Sindical	Coop.	4	-	Mensal	-	Tem	Tem
Met	Sindical	Coop.	3,1	-	Mensal	Conselho de ética	Tem	Tem
Sul	Sindical	Coop.	2,3	Igual	Semanal	-	Tem	Não

Fonte: Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 119)

No primeiro grupo analisado percebemos em três dos quatro empreendimentos a ascendência sindical. A diferença entre a maior e a menor retirada vai de zero (igualitarismo) na

Fibratex até quatro na Cooperferro, o que demonstra, segundo os autores, um padrão de retiradas bastante equitativo. Na Cooperferro e na Metalcoop não foram definidos os critérios de distribuição de sobras, porém nas outras empresas este é igualitário.

As assembleias gerais ou reuniões com todos os associados são realizados, em média, uma vez por mês. Diferencia-se a Coopersul onde as reuniões são semanais. Na Cooperferro, a presença dos cooperados na assembleia é obrigatória. Em relação às outras formas de participação, destaca-se a Fibratex que possui grupos de trabalho temáticos, que tem autonomia e real capacidade de operação. Já na Metalcoop, o Conselho de Ética regula as relações de trabalho na empresa. As quatro empresas afirmaram possuir orçamento deliberado coletivamente e apenas a Coopersul não possui planejamento.

Tabela 2: Indicadores de democracia autogestionária no grupo II

	Origem dos dirigentes	Modalidade da empresa	Retiradas	Sobras	Frequência das A. Gerais	Outras formas de participação	Orçamento	Planejamento
Com	Produção	Coop.	10	Igual	Mensal	-	Tem	Tem
Tel	Sindical	Assoc.	1,1	Igual	Mensal	-	-	-
Lar	Sindical	Coop.	3	Igual	-	-	-	-
Mar	Produção	Coop.	5	-	5-7 ao ano	-	-	-
Sol	Produção	Coop.	0	-	Mensal	-	-	-
Pan	Admin.	Coop.	2	-	5-7 ao ano	-	-	-

Fonte: Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 121)

Embora as diferenças numéricas entre os grupos I e II não sejam significativas, os autores apontam que há elementos que justificam esta diferenciação.

Podemos observar uma menor número de dirigentes de origem sindical, o que dá lugar a dirigentes provenientes do setor administrativo. O diferencial do intervalo de retiradas é maior. Ao mesmo tempo a frequência das assembleias ou reuniões para tomada de decisões é menor, não havendo outros meios de participação dos associados que seja relevante. A Metalar e Coopersol apresentam relações pouco formalizadas, “predominando as conversas pessoais e as

trocas informais, procedimento que não é favorável ao desenvolvimento de categorias democráticas da autogestão” (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 125).

Não podemos deixar de observar que o que diferencia de fato o perfil do grupo II em relação ao grupo I é a menor participação dos associados nas decisões dos empreendimentos. Embora verificamos que há um aumento no intervalo da retirada este não é significativo. Como veremos a seguir, esta situação muda significativamente no perfil do grupo III.

Tabela 3: Indicadores de democracia autogestionária no grupo III

	Origem dos dirigentes	Modalidade de empresa	Retiradas	Sobras	Frequência das A. Gerais	Outras formas de participação	Orçamento	Planejamento
Fios	Tecnoc.	Coop.	10	-	5-7 ao ano	-	-	-
Maq	Tecnoc.	Coop.	13,3	Difere	1 ao ano	-	-	-
Tex	Tecnoc.	Coop.	8,7	-	-	-	-	-
Íris	Tecnoc.	Assoc.	31	Difere	-	-	-	-

Fonte: Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 126)

Neste grupo percebemos que as diferenças distributivas são muito maiores que as anteriores (maior diferença do grupo II é de 5 vezes), sendo as maiores retiradas pagas à direção dos empreendimentos. Das quatro empresas, duas tem definição para a distribuição de sobras, sendo esta desigual.

No que diz respeito às relações de poder, cabe destacar que a totalidade dos dirigentes no grupo analisado exercia funções tecnoburocráticas ou de chefia em empresas capitalistas. A frequência das assembleias gerais é menor em relação aos grupos anteriores. Não há instâncias intermediárias de gestão coletiva da mesma forma que não há planejamento e/ou orçamento com a participação do coletivo dos trabalhadores.

Ao concluir, os autores destacam que os procedimentos dominantes na gestão dos empreendimentos analisados é “do tipo parlamentar”, nos quais a vontade da maioria se impõe sobre a minoria. Esta pode não ser a forma mais apropriada de resolver os conflitos quando o objetivo é uma democracia autogestionária.

A predominância da maioria sobre a minoria, que muitas vezes pode representar quase o mesmo número de pessoas, deixa o conflito em aberto, o que para a autogestão é destrutivo. Portanto, parece necessário desenvolver procedimentos de trabalho político-

administrativos que estejam fundamentalmente voltados, não para a obtenção de uma vitória representativa de uma facção sobre outra, mas sim para a produção de convergências e consensos (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 126).

### 5.1.2 O Fetiche da Tecnologia

Novaes (2007b) analisa a distribuição do excedente a partir do prisma da *Adequação Sociotécnica*<sup>23</sup>. Para este autor as transformações tecnológicas com a participação dos trabalhadores podem se dar através de três processos: a) *software* – questões relacionadas à repartição do excedente (distribuições das retiradas e fundos) e mudanças culturais; b) *orgware* – organização do processo de trabalho, participação dos trabalhadores nos conselhos e decisões internas da fábrica; c) *hardware* – a adequação da tecnologia herdada (máquinas e equipamentos) aos propósitos autogestionários. Em seu trabalho de campo realiza entrevistas em três cooperativas: *Cooperativa Nova Esperança (CONES)*, *Textilcooper* e *Los Constituyentes*. Devido ao foco deste trabalho analisaremos apenas as questões relacionadas ao software e sua influência no orgware.

A Cooperativa Nova Esperança – Cones, situa-se no município de Nova Odessa no estado de São Paulo. É filiada à Unisol e surgiu com o propósito de manter os postos de trabalho dos então empregados de uma empresa de fiação que encerrou suas atividades em 1998. Além da fiação, o empreendimento opera nos setores de retorção, malharia, tecelagem e tinturaria. A sua produção é direcionada para os mercados dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No final da década de 1990, a empresa chegou a empregar 600 funcionários. No dia do encerramento das atividades a empresa contava com 450 empregados. Destes apenas 150 aderiram a ideia de formação da cooperativa. Em 2003, o empreendimento já recuperado pelos trabalhadores, possuía 259 cooperados e 8 contratados<sup>24</sup>. A fábrica possui duas unidades, sendo a principal unidade, propriedade legal do BNDES.

Cabe ressaltar que no processo de negociação com os antigos patrões para a formação da cooperativa, houve pouca participação do sindicato dos trabalhadores. Esta falta de assessoria que

---

<sup>23</sup>Para os pesquisadores vinculados à Adequação Sociotécnica (AST), a tecnologia não pode ser vista como neutra e anistórica, ao contrário, esta tem uma dimensão processual, sendo assim uma construção social, que passa por decisões de determinados agentes, portanto também política. Para mais informações ver Novaes 2007b.

<sup>24</sup>Novaes aponta que em 2005 a empresa registrou 90 trabalhadores contratados.

representasse os interesses dos futuros cooperados levou a Cones a assumir dívidas que não lhe correspondiam (NOVAES, 2007b).

A definição de como seriam feitas as retiradas mensais dos sócios da cooperativa teve por inspiração as faixas salariais praticadas na antiga empresa. Existiam 8 faixas salariais que logo foram reduzidas a 3, sendo que a faixa de menor valor era de R\$ 683,00 em 2004 quando o piso da categoria era de R\$ 386,00. A progressividade da retirada se dá “em função dos critérios de qualificação técnica, experiência na função, responsabilidade exigida na execução das tarefas e grau de risco” (GALVÃO APUD NOVAES, 2007b, p. 281).

Transcrevemos abaixo as declarações da presidente do Cones ao ser questionada sobre a diferença das retiradas e os critérios utilizados.

Nós partimos do seguinte princípio, cada um merece ganhar pela sua responsabilidade, pelo seu trabalho. Você não pode, por exemplo, colocar um coordenador de tinturaria, que é um cara que tem faculdade, conhecimento e uma responsabilidade toda de uma produção na mão. Você não pode logicamente pagar a ele igual ao que você paga a um operador de máquina. Nós temos esse pensamento. Tem tantas empresas que querem pagar um pagamento igual, não sei por quanto tempo elas conseguem isso. Eu tenho esse coordenador de tinturaria, ele ganha na faixa de R\$ 2.700,00. O mercado paga hoje para uma pessoa do nível dele, dependendo do tamanho da empresa, mais de R\$ 4.000,00. Eu não posso pagar todos os operadores de máquinas R\$ 2.700,00 que nem ele, eu vou ter um problema sério de custo, minha empresa quebra. Porque eu estou concorrendo com outra, eu não estou concorrendo com cooperativas, estou concorrendo com o mercado, e o mercado aí fora tem faixas salariais (PRESIDENTE DA CONES *apud* NOVAES, 2007b, p. 281 – 282).

Nesta fala do presidente<sup>25</sup> percebemos que a estrutura de distribuição do empreendimento está fortemente pautado pelo mercado, tanto das mercadorias produzidas quanto do mercado de trabalho que acaba por pressionar a cooperativa a seguir nos seus padrões de distribuição de retiradas e sobras, as faixas salariais das empresas concorrentes.

Esta ação do mercado sobre a distribuição do excedente na cooperativa impacta diretamente as relações entre os cooperados, causando dois tipos de cisão, a primeira entre os cooperados de menor e maior remuneração e a segunda entre o chão de fábrica e a direção.

Em outro ponto da entrevista, Novaes afirma que conhece cooperativas onde o mecanismo de assembleia era manipulado pelo pessoal do chão de fábrica para fazer subir as

---

<sup>25</sup>Compartilhamos o espanto de Novaes em relação às falas do presidente ser sempre com os verbos conjugados na primeira pessoa do singular (eu) e não do plural (nós).

retiradas. Logo perguntou ao presidente se isto aconteceu na Cones. Transcrevo abaixo a resposta:

A nossa foi uma. Nós tivemos que brigar “muito” porque senão iria acontecer o que estava te falando. As retiradas estavam crescendo de uma maneira tão desordenada que nós estávamos tendo problemas sérios com os coordenadores, com as pessoas que assumem responsabilidades na empresa. Nós tivemos dois anos seguidos onde, enquanto as empresas convencionais estavam repassando de 8 a 10% de aumento para os seus funcionários, aqui tinha 25% de aumento para os trabalhadores do chão de fábrica, e os quadros mais qualificados tinham de 4 a 5% de aumento. Nós tivemos que brigar muito para mudar isso aí, mas muito “mesmo”. Tive que conscientizar, fazer pressão para que a gente conseguisse conscientizar essas pessoas que você não pode usar o subterfúgio do poder de voto para beneficiar desordenadamente um setor apenas, uma parte das pessoas em detrimento das outras. Você começa a criar conflitos sociais dentro da empresa, é difícil mudar (PRESIDENTE DA CONES *apud* NOVAES, 2007b, p. 283).

Novaes aponta ainda que na maioria das vezes as assembleias são mais de caráter informativo restando à maioria dos cooperados que não estão na direção, um papel subordinado nas decisões estratégicas do empreendimento. O autor cita o caso de uma aquisição de uma nova máquina para a produção. Apesar das importantes mudanças que este novo equipamento poderia trazer para o setor de produção, este detinha poucas informações sobre o mesmo, demonstrando que, mesmo seguindo a democracia formal da assembleia (cada cooperado um voto), apenas a direção detinha as condições para a tomada de decisão (NOVAES, 2007b). Para o autor,

[...]no conselho administrativo estão cooperados com maior habilidade política e capacidade de oratória. A permanência dos antigos quadros administrativos trouxe vantagens e desvantagens. Como a maioria dos quadros administrativos não foi embora, diferenciando-a da Textilcooper, a cooperativa conseguiu rapidamente se reerguer. No entanto, houve desvantagens, uma vez que o poder permaneceu cristalizado nas mãos destes antigos quadros (NOVAES, 2007b, p. 285).

A Textilcooper está localizada no município de Santo André, ABC Paulista. A sua origem é de 2001 a partir de um processo falimentar. Em 2004 tinha 65 cooperados dedicados à fabricação de mantas colchas e cobertores.

Segundo Novaes (2007b), devido a problemas de gestão, o antigo empresário foi deixando de pagar os impostos e os salários dos trabalhadores até descobrir uma pessoa chamada Douglas, que tinha assessorado a criação de uma cooperativa na Paraíba e a Cones, descrita anteriormente. O autor descreve que os trabalhadores da empresa estavam aceitando a proposta de Douglas até decidir fazer uma visita à Cones e buscar auxílio jurídico junto ao sindicato dos

metalúrgicos da região. Novaes afirma que, se não fosse esta desconfiança e o auxílio recebido, seria provável pensar que os trabalhadores poderiam ter assumido dívidas que não correspondiam à nova cooperativa.

Finalmente, a cooperativa assinou uma proposta de arrendamento das máquinas, equipamentos e prédio. Além disso, o antigo dono exigia participação no faturamento e comissões referente às vendas para grandes clientes. Desde 2003 os associados não pagam estes direitos ao antigo patrão.

Em relação às retiradas, a Textilcooper segue o critério de remuneração por qualificação. Assim que surgiu a cooperativa e contando com auxílio técnico da Unisol, tomou-se por base o salário do mercado sendo estipuladas três faixas de retiradas: a menor de R\$ 400,00 e a maior de R\$ 995,00. Na ocasião em que esta pesquisa foi realizada, a cooperativa não apresentava condições de criar fundos equivalentes aos direitos trabalhistas (13º salário, férias remuneradas, licença maternidade, etc) apesar de demonstrar desejo de criá-los.

Durante a entrevista, a presidente da Textilcooper afirmou que para os cooperados é relevante contar com um “salário garantido” que significa ter um salário todo mês numa empresa convencional. Na Textilcooper as retiradas costumam ser instáveis e dependentes da evolução do faturamento. Isto agrava-se devido à sazonalidade da mercadoria por ela produzida (cobertores). Devido a isso, é notável o abandono da cooperativa pelos seus associados, principalmente no período de entre-safra onde o faturamento costuma cair significativamente.

Novaes (2007b) aponta que o faturamento do empreendimento de janeiro a julho de 2004 foi duas vezes maior em relação ao ano de 2003 inteiro. Esta evolução deve-se a uma guinada na administração da cooperativa através da eleição de uma nova presidência. O autor aponta ainda que apesar do aumento do faturamento, a cooperativa não possuía uma estrutura de custos bem definida assim como carecia de estruturação dos procedimentos no chão de fábrica.

A mudança da direção trouxe consigo uma mudança na cultura da participação no empreendimento. O autor relata que na abertura da cooperativa, os cargos de direção foram ocupados por quem se envolveu na criação da organização. A primeira eleição “de verdade” ocorreu em abril de 2004, quando um grupo de cooperados descontentes com os rumos da antiga direção decidiu convocar uma nova eleição. Segundo a presidente da cooperativa, “até dos cooperados se escuta comentários do tipo: 'nossa, agora sim é cooperativa’” (PRESIDENTE DA TEXTILCOOPER apud NOVAES, 2007b, p. 296). Apesar da mudança significativa, Novaes

ressalta que os trabalhadores percebem o cooperativismo somente como a possibilidade de votar, raramente observando a necessidade de um processo de trabalho autogestionário.

Mesmo tendo verificado que houve melhoras com a mudança na presidência, percebe-se que os coordenadores e principalmente a presidente detêm um poder maior do que lhes foi incumbido, e que a assembleia é um mecanismo utilizado principalmente pela gerência para repassar informações. No entanto, como vimos acima, em alguns momentos o mecanismo da assembleia foi utilizado pelos trabalhadores como uma espécie de contra-poder para destituir o primeiro presidente, ao contrário do que ocorreu na primeira eleição, em que tudo foi praticamente imposto (NOVAES, 2007b, p. 297).

A cooperativa Los Constituyentes surgiu em 2001 na cidade de Buenos Aires, Argentina. Esta cooperativa surge em meio à crise econômica e social que sofreu este país no início da década passada. Trata-se de uma crise generalizada que decorre das políticas neoliberais radicais aplicadas na década de 1990 pelo governo Menem que, ao permitir uma abertura radical da economia, expôs as empresas do país à concorrência internacional, concorrência esta que boa parte das empresas argentinas não estava preparada para enfrentar. O que se observou neste país nos primeiros anos do século XX foi o fechamento de inúmeras empresas o que levou à demissão em massa dos seus trabalhadores. A resistência dos trabalhadores acabou se formando a partir da ocupação das fábricas e empresas fechadas para retomar sua produção sob controle dos operários. Este movimento ficou conhecido como Fábricas Recuperadas (FR).

A antiga empresa, a Wassermann, chegou a contar com 200 trabalhadores no auge da sua produção. Na década de 1990, a empresa entra em crise que se aprofunda em 1996 e leva à convocatória de credores no ano de 2000. Aos poucos, a empresa começava a demitir os trabalhadores. No dia da fundação da cooperativa em dezembro de 2001 somente 70 trabalhadores iniciaram a constituição do empreendimento (NOVAES, 2007b).

A cooperativa tem por atividade a realização de serviços metalúrgicos em geral, sendo especializada na fabricação de canos de costura estruturais para a condução de gás, água, etc.

Segundo Novaes, a ideia da fundação da cooperativa surgiu por intermediação do Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT) que assessorou os futuros cooperados nas negociações com o antigo dono e junto ao Estado. Num primeiro momento a proposta dos trabalhadores é para arrendar o prédio e as máquinas. Com a negativa do antigo proprietário, que já estava negociando a planta para vender a terceiros, os trabalhadores se

viram na obrigação de solicitar junto ao judiciário a expropriação da planta, que é concedida pela província de Buenos Aires em janeiro de 2002<sup>26</sup>.

Em relação à distribuição do excedente, o primeiro ponto discutido pelo autor é que devido à demora para a recuperação das atividades da fábrica, os seus associados estavam com muitas dívidas com bancos e financiadoras. Depois de formada a cooperativa, esta emprestou dinheiro aos trabalhadores sem a cobrança de juros, seja para finalizar obras em suas casa, comprar bens de consumo ou simplesmente quitar as dívidas antigas.

Outro mecanismo de distribuição apontado pelo autor é uma ajuda para os cooperados que têm filhos na escola. Estes cooperados ganham um diferencial nas retiradas o que Novaes interpreta como “um tratamento desigual para os desiguais” (NOVAES, 2007b, p.304).

As retiradas no início das atividades eram de 200 pesos argentinos por mês, já no período da realização da pesquisa (2004), esta retirada era de mil pesos independente do posto de trabalho ocupado. Segundo Novaes, o pessoal do chão de fábrica superou amplamente os salários que recebiam antes. Na entrevista realizada, a encarregada do setor de crédito e cobranças justifica porque todos ganham igual:

Muitas vezes é difícil dizer qual é o trabalho que deve estar melhor remunerado entre nós mesmos, é o seu que é um trabalho físico e de força ou o meu que é um trabalho mental, de representar a cooperativa. Tudo é importante, sem eles nós não permanecemos e sem nós eles tampouco (DIANA, CRÉDITO E COBRANÇAS *apud* NOVAES, 2007b, p. 304)

Apesar da fala desta cooperada do setor administrativo, Novaes verifica que se considerarmos o número de horas trabalhadas, o pessoal da administração trabalha menos. O autor também verifica que praticamente não saiu ninguém da administração, ao contrário do pessoal do chão de fábrica.

Entre outras ações que também dizem respeito ao excedente encontramos a ajuda financeira a outras cooperativas e FR's , promoção de aulas para os filhos dos cooperados ou mesmo para os associados que não acabaram seus estudos, a criação de um refeitório para que os trabalhadores não precisem trazer comida ou gastar dinheiro comendo em restaurantes. Estes benefícios devem ser entendidos como uma distribuição indireta de sobras.

---

<sup>26</sup>Novaes aponta que a cooperativa paga ao Estado pelo uso do maquinário e do prédio. O autor também afirma que os cooperados expressam o desejo de pagar porque não acham justo que o mesmo seja dado gratuitamente.

Quando a cooperativa iniciou suas atividades, esta vendia apenas a mão-de-obra, recebendo a matéria-prima das empresas contratantes, operando na condição de faccionista. No período em que foi realizada a pesquisa, o empreendimento estava comprando a sua matéria-prima e contava com uma renovação de clientes em 50%. Sabemos que os cooperados reconhecem que vender serviços de mão-de-obra não é o melhor para a cooperativa. Embora o assunto mereça ser aprofundado podemos supor que trabalhar como faccionista “leva a uma perda do excedente que poderia estar sendo gerado na empresa” (NOVAES, 2007b, p. 305).

No tocante à gestão o autor percebe que neste empreendimento há maior possibilidade de participação dos trabalhadores no processo decisório, embora não se possa descartar a possibilidade de uma autonomização dos conselhos e da presidência em relação ao chão de fábrica com o passar do tempo. Consultada sobre como funciona o processo da tomada de decisões na fábrica, a cooperada do setor administrativo responde:

Quando trabalhávamos em relação de dependência a decisão estava quase que exclusivamente nas mãos da família Wassermann. Hoje temos um conselho formado por 7 sócios que são os que tomam as decisões operativas, mas de toda forma nós realizamos assembleias uma vez por mês, onde se informa ao resto dos associados o que é que se fez, o que se vai fazer, quais são os projetos. Então um diz sim, estou de acordo, não estou de acordo, podemos melhorar e sempre pode surgir alguma ideia para melhorar o projeto que alguém traz. Assim, não há decisões que o resto dos associados não seja informado, em todo momento lhes informamos (DIANA, CRÉDITO E COBRANÇAS *apud* NOVAES, 2007b, p.305).

Em sua conclusão, Novaes afirma que ao analisar os casos acima, percebe-se uma relativa autonomia das FR's perante o modo de produção capitalista, ou seja, uma margem de manobra que permite aos trabalhadores a experiência de uma nova forma de produzir. Mesmo assim, a identificação de espaços de batalha não significa anular a ideia de que se trata de uma luta desigual.

Sendo assim, o autor aponta para a necessidade de uma resposta sistêmica ao sociometabolismo do capital. A simples permanência da luta fábrica a fábrica, na condição de uma luta fragmentada e desprovida de outras alianças junto à classe trabalhadora significaria uma pequena sobre-vida rumo ao fracasso. Como afirma Novaes,

Apesar de verificarmos a possibilidade de criação de descontinuidades na continuidade, ou de reprojeto tecno-organizacional e de emergência de novas formas de repartição do excedente, nossa revisão bibliográfica sobre as mudanças e permanências em FRs bem como as nossas pesquisas nos levam a crer que está havendo muito mais

continuidades na descontinuidade do que o oposto. Para nós, o contexto histórico parece condicionar a ausência de maiores vitórias (NOVAES, 2007b, p. 319).

### 5.1.3 Coproducción de conocimientos: distribución de excedentes dentro de cooperativas y emprendimientos autogestionados

Em recente artigo, pesquisadores argentinos (DELLAVALLE *et al*, 2012) estudaram a distribuição do excedente em quatro empreendimentos autogestionários neste país. Os autores apontam para uma realidade muito heterogênea entre os diferentes empreendimentos e bem distinta daquela que deve ser observada pelas leis do cooperativismo. Para os autores,

En la práctica sucede que la forma elegida para la distribución del fruto del trabajo es el resultado de discusiones internas entre los mismos trabajadores, en asamblea, de los distintos bagajes teóricos, del tamaño del emprendimiento, del tipo de trabajo que se desarrolla, el espacio físico en que se lleva a cabo y de las problemáticas individuales de cada trabajador. No todas las cooperativas respetan hoy lo dispuesto en las normas legales y resoluciones técnicas (DELLAVALLE *et al*, 2012, p. 13)<sup>27</sup>.

Na sua pesquisa destacam oito formas de distribuição do *fruto do trabalho* que reproduzimos a seguir.

2.1.1. Segundo as necessidades: esta forma de distribuição tem sua raiz ideológica no marxismo. Ao utilizar esta lógica evita-se igualar trabalhadores que apresentem aptidões ou necessidades distintas. Os autores afirmam que esta lógica evita que trabalhadores mais antigos ou com maior capacitação abandonem o empreendimento.

2.1.2. Valorização das atitudes e conduta cooperativas: neste sistema estabelece-se um valor fixo da hora trabalhada para todos os associados e sobre esta base soma-se um valor extra remunerado a partir do resultado obtido. Este é pago a partir de uma avaliação interna realizada entre todos os cooperados. Para os autores, a importância desta metodologia reside na riqueza das discussões presentes nesta avaliação dos compromissos assumidos além de fomentar comportamentos de colaboração e solidariedade.

2.1.3. Pagamento segundo “o tempo socialmente necessário” para realizar um trabalho: nesta modalidade os trabalhadores são remunerados pelo tempo que se considera adequado para a

---

<sup>27</sup> Na prática acontece que a forma escolhida para a distribuição do fruto do trabalho é o resultado de discussões internas entre os trabalhadores, em assembleia, das distintas bagagens teóricas, do tamanho do empreendimento, do tipo de trabalho que se desenvolve, o espaço físico em que se realiza e das problemáticas individuais de cada trabalhador. Nem todas as cooperativas respeitam hoje o que é exigido nas normas legais e resoluções técnicas (Livre tradução).

realização de determinada atividade e não pelas horas trabalhadas realmente. O objetivo é estimular a produtividade sendo que se prioriza a quantidade em relação à qualidade.

2.1.4. Pagamento por hora trabalhada com degraus de valor considerando os tipos de trabalho diferenciados: considera-se critérios como o tipo de trabalho (manual, intelectual, especializado, arriscado, etc.) e a antiguidade dos trabalhadores na cooperativa. Apesar do pagamento diferenciado, coloca-se um limite entre a maior e a menor remuneração. Trata-se de remunerar de forma diferente as pessoas com maior experiência, tempo de cooperativa ou capacitação para evitar perdê-las para o mercado.

2.1.5. Igualitarismo: todos os cooperados recebem o mesmo valor. Esta forma de distribuição considera que como cada sócio é um voto na fábrica então devem receber o mesmo valor pelo seu trabalho.

2.1.6. Igualitarismo equitativo: os trabalhadores recebem mesmo valor pela hora de trabalho sem considerar diferenciações no tipo de trabalho ou tempo na cooperativa.

2.1.7. Pagamento segundo as capacidades, experiências e atividades diferentes sem limite na lacuna distributiva: procede-se uma metodologia de pagamento semelhante ao de tipo 4 sem fixar o limite entre a maior e a menor retirada. Esta distribuição assemelha-se às formas de assalariamento das sociedades comerciais.

2.1.8. Referência no mercado de trabalho: toma-se por referência os convênios coletivos e os pisos das categorias de cada setor da produção. Cabe destacar que, assim como o ponto 7, esta forma de distribuição está intimamente ligada às escalas salariais utilizadas pelas empresas capitalistas (DELLAVALLE *et al*, 2012).

As formas de distribuição do excedente descritas acima referem-se à remuneração do trabalho para dentro da cooperativa. Porém, devemos lembrar que estes empreendimentos costumam ter fortes laços com a comunidade onde se encontram, lugar onde geralmente moram os cooperados que nela trabalham. Os pesquisadores supracitados nos lembram que parte do excedente gerado por estes empreendimentos contribui para manter atividades de desenvolvimento comunitário. Para Dellavalle *et al* (2012), a escolha de destinar parte do trabalho para uma parcela próxima da sociedade está ligada a um desenvolvimento da consciência coletiva dos participantes do empreendimento autogestionário.

Em suas pesquisas os autores apontaram cinco formas diferentes de contribuição das cooperativas à comunidade.

2.2.1. Fundo comunitário: alguns empreendimentos ligados a movimentos territoriais decidem poupar uma porcentagem determinada para atividades desenvolvidas junto à comunidade.

2.2.2. Resposta dos trabalhadores às necessidades da comunidade: frente a um determinado fato que a comunidade necessite de auxílio (catástrofe natural, mutirões, manifestações de reivindicações às autoridades, entre outros) os cooperados param a produção diária normal para auxiliar ou apoiar as reivindicações. Para os autores, trata-se de contribuição de uma parcela indireta do excedente econômico do empreendimento, já que os trabalhadores deixam de lado a sua produção diária normal para ficar junto à comunidade.

2.2.3. Contribuição de bens de produção própria: as cooperativas contribuem com parte da sua produção para beneficiar outros empreendimentos ou mesmo a sociedade.

2.2.4. Contribuição de serviços: semelhante ao caso anterior, neste caso os trabalhadores oferecem serviços em prol da comunidade. Os autores citam o caso das rádios comunitárias que permitem que setores marginalizados dos meios de comunicação convencionais possam ter espaço para exercer o direito de expressão sem ter que pagar por isso.

2.2.5. Destinar o excedente de forma integral para custear necessidades comunitárias: neste caso o excedente econômico é usado em sua totalidade para financiar uma necessidade comunitária, não havendo repartição do mesmo entre os trabalhadores do empreendimento<sup>28</sup>. É importante ressaltar que nesta modalidade os trabalhadores participam ativamente da decisão de ceder o excedente. Para exemplificar, os autores citam o caso de um armazém da comunidade zapatista de Veracruz que usou do seu excedente pelo período de três anos para pagar os serviços de saúde do hospital central (Muñoz Ramirez *apud* Dellavalle *et al*, 2012).

Os casos exemplificados acima demonstram uma aposta dos trabalhadores em apoiar os processos de empoderamento territorial, onde o interesse material imediato passa a segundo plano formando uma nova consciência que se contrapõe à ideologia hegemônica. Esta conscientização que surge a partir da solidariedade e do reconhecimento de pertencimento dos cooperados a certa causa ou a certa comunidade diferencia-se inclusive do trabalho dos agentes públicos estatais.

La manera en la que los aportes cooperativos trascienden las barreras productivas y hacen aportes concretos a la comunidad en la que participan, difiere de las formas en que

---

<sup>28</sup>Não de forma direta. Devemos considerar que ao usufruir dos bens comunitários adquiridos com o excedente, o trabalhador acaba fazendo um processo semelhante a uma repartição indireta deste excedente.

el Estado burgués ejecuta sus aportes a la comunidad, no solo por la escala (que es evidentemente de menor magnitud), sino por las formas. Esto se debe a varios aspectos, entre ellos que el Estado recauda a través de la imposición a los ciudadanos, esto implica que la sociedad en su conjunto es ajena a las decisiones de cuánto debe ser extraído de su salario y cómo debe ser usado. El dinero que se apropia el Estado por medio del sistema impositivo y el bienestar que debería promover no necesariamente se trasladan de manera equitativa a todos los sectores de la sociedad: la realidad nos muestra que una gran mayoría es excluida del derecho a disfrutar de beneficios a los cuales se supone se deberían destinar los impuestos, tales como servicios públicos, acceso a vivienda digna, educación, entre otros<sup>29</sup> (DELLAVALLE *et al*, 2012, p. 18 – 19).

Em relação às experiências dos empreendimentos autogestionários os autores apresentam quatro casos. Os três primeiros são grupos assessorados pelo coletivo de pesquisadores ficando todos próximos à cidade de Buenos Aires. O quarto caso é a Fábrica Sin Patrones (FaSinPat), antiga Zanon na cidade de Néuquen, capital da província homônima da Patagônia argentina.

O empreendimento produtivo de *Claypole* integra as atividades do Movimento Territorial Norberto Salto (MTNS). Trata-se de uma forja que conta com seis trabalhadores, dois fazem a parte administrativa e os outros quatro cuidam das atividades da oficina. Para alguns destes integrantes a participação neste espaço é a primeira experiência autogestionária.

O grupo busca que todos os seus integrantes tenham conhecimento geral das atividades, tanto as administrativas como as de produção. Apesar disso, demonstram encontrar dificuldades para alternar o trabalho administrativo com o trabalho da oficina.

Para distribuir o excedente, calcula-se primeiro o valor-hora de cada trabalhador dividindo o valor a distribuir pelo total de horas trabalhadas por todos os integrantes. Após verificado o valor da hora trabalhada, realiza-se uma reunião onde cada integrante avalia o trabalho próprio e dos seus colegas tomando por parâmetros a atitude, a predisposição, o conhecimento, a aprendizagem, etc. Após esta avaliação o valor-hora é redistribuído segundo as porcentagens obtidas por cada trabalhador. Se algum trabalhador não obtém o 100% necessário para ficar com a integralidade do seu excedente, a parte sobranete é novamente distribuída entre os demais trabalhadores.

---

<sup>29</sup>A forma como as contribuições das cooperativas transcendem as barreiras produtivas, fazendo aportes concretos à comunidade na que participam, diferencia-se da forma na qual o Estado burgués executa suas contrapartidas à comunidade, não somente pela escala ( que é evidentemente de menor grandeza), mas pela sua forma. Isto se deve a vários aspectos, entre eles que o Estado arrecada através da imposição aos cidadãos, isto implica que a sociedade em seu conjunto está alheia às decisões de quanto deve ser extraído do seu salário e como este valor deve ser usado. O dinheiro que é apropriado pelo Estado, através do sistema fiscal, assim como o bem-estar que deveria promover não se translada necessariamente de maneira equitativa a todos os setores da sociedade: a realidade nos mostra que uma grande maioria é excluída do direito de gozar de benefícios que supostamente deveriam retribuir o pagamento de impostos, tais como serviços públicos, acesso a moradia digna, educação, etc (livre tradução).

Esta metodologia justifica-se devido ao tipo de trabalho realizado no empreendimento, pois a menor produtividade de um trabalhador deve ser absorvida pelo resto para completar uma encomenda, o que justifica a redistribuição entre todos da parte que alguém deixa de receber.

Até o presente momento não conseguiram formar um fundo para férias, embora seja desejo dos mesmos.

O empreendimento produtivo *Lagos del Bosque* integra a Unión de Trabajadores Piqueteros<sup>30</sup> (UTP) em Merlo, cidade da região metropolitana de Buenos Aires. Tem entre as suas principais atividades uma oficina de costura, uma padaria, uma escola de educação popular e uma rádio comunitária.

O setor produtivo conta com sete trabalhadores na confecção e três na padaria. Em relação aos serviços, a rádio ainda não começou a transmitir e na escola participam docentes da região e militantes da UTP. Os autores apontam que a oficina de costura produz para o ministério de desenvolvimento social, confeccionando uniformes e camisetas. É difícil fazer uma rotação das tarefas já que o processo de adaptação para cada máquina é complexo, embora haja a preocupação de que todos os integrantes do coletivo saibam fazer todas as partes do trabalho.

Na padaria há duas tarefas diferenciadas: a produção e a venda. Dentro da produção há distintos momentos de preparação – amassar, levar ao forno, etc.. As cooperadas que se dedicam à produção trabalham da mesma forma sem discriminar atividades. O cooperado responsável pelas vendas encarrega-se de colocar o que foi produzido pelo bairro de porta em porta. As tarefas administrativas são divididas coletivamente. Não se prevê rotação nas tarefas de produção e venda.

Em relação ao excedente, a distribuição é diferente nas diferentes atividades. Na confecção a distribuição deste se realiza da mesma forma que na forja do MTNS, calculando-se a hora de trabalho e dividindo a mesma segundo uma qualificação dos cooperados no trabalho. A padaria distribui o excedente de forma igualitária entre os três integrantes. Esta está discutindo se este método é adequado ou se esta forma de distribuição deve mudar.

Nenhuma das atividades conta com fundos de reserva para manutenção, férias ou problemas de saúde.

---

<sup>30</sup>Os “piqueteros” são ativistas dos movimentos sociais, principalmente desempregados, que usam como método o corte do tráfego de veículos e pessoas (piquetes) paralisando o trânsito ou impedindo o funcionamento de determinada empresa ou órgão público.

A cooperativa *Sin Fronteras* também integra a Unión de Trabajadores Piqueteros (UTP) só que na cidade de Escobar, também localizada na região metropolitana da capital argentina. O empreendimento tem por atividades uma marcenaria, uma oficina de costura e uma padaria. No período da pesquisa o empreendimento tinha 13 trabalhadoras na oficina de costura e 2 na marcenaria. A padaria estava desativada, tendo produção apenas em períodos do ano em que há aumento da demanda (páscoa, natal, fim-de-ano, etc.).

Em relação à divisão das tarefas, os pesquisadores verificaram que na marcenaria os sócios trabalham conjuntamente, apenas ficando as tarefas administrativas para o cooperado que julgam ser “mais responsável”. Na oficina de costura todas trabalham com as distintas máquinas, embora se tente definir usuários fixos para evitar problemas de manutenção. No que tange à administração, uma das trabalhadoras é responsável pelos registros do grupo.

Para distribuir o excedente na marcenaria, divide-se o montante deste pelas horas trabalhadas. Este valor é ponderado por sistema de escalas de aptidões em três níveis (oficial, semi-oficial e principiante) onde o valor-hora é de 100%, 90% e 80% respectivamente. Adiciona-se a estes níveis de aprendizagem ponderações referentes à força de vontade, compromisso com o trabalho, entre outros. Isto permite que um cooperado principiante possa receber mais de 80% devido ao reconhecimento do seu trabalho pelos colegas.

A oficina de costura costuma usar o mesmo sistema de mérito para distribuir o excedente entre as cooperadas. Apenas a marcenaria consegue realizar fundos de manutenção.

Os autores argentinos relatam ainda a experiência da *FaSinPat* (Ex-Zanon) a partir de uma visita realizada em 2011. Esta fábrica de cerâmica e porcelanato tornou-se um emblema do movimento das empresas recuperadas devido à luta para iniciar a sua recuperação e também pelo sucesso obtido na condução da fábrica.

No ano da visita, o empreendimento contava com 430 trabalhadores na ativa. Destes, 300 no processo de produção distribuídos em 3 turnos de 100 integrantes. Nas tarefas administrativas encontram-se aproximadamente 25 pessoas. Há ainda as oficinas externas que conta com aproximadamente 100 trabalhadores divididos em dois turnos. A empresa tem ainda uma média de 30 trabalhadores que a partir de uma escala, conseguem tirar folgas.

Devido às características do trabalho, que é de produção intensiva e em grande escala, encontramos nesta cooperativa uma forte divisão das tarefas. Estas apresentam distintos graus de complexidade o que dificulta um processo de rotação de funções.

Na FaSinPat, as retiradas são fixadas em assembleia e as diferenças existentes levam em consideração as diferenças dos trabalhos realizados (trabalho em altas temperaturas, trabalho nos feriados ou à noite, etc.). Caso haja excedente para além das retiradas, decide-se em assembleia no final do ano os valores para investimentos e distribuição entre os associados.

Devido ao seu histórico, o empreendimento tem um forte vínculo com a comunidade de Neuquén, incluindo aqui uma nova relação com os índios mapuches – relação que era conflituosa no período em que a fábrica era dirigida pelos Zanon. Como contribuições à comunidade podemos elencar a organização de recitais, torneios de futebol infantil e acesso ao público a bibliotecas e salas de informática. Além de participar ativamente das causas da comunidade, a FaSinPat também faz aportes da sua produção para reformar escolas, refeitórios e salas de emergência.

Em sua conclusão, Dellavalle et al (2012) afirmam que as formas de distribuição do excedente se configuram ao longo da história em realidades concretas de cada setor produtivo. Sendo assim, não cabe afirmar que determinada forma de distribuição é superior a outra. O que de fato importa é que nestes processos se privilegie a participação democrática nas assembleias que empodere os trabalhadores.

Apesar disto, não deixam de reconhecer que, por estar imersas no sistema de produção do capital, as experiências autogestionárias tem inúmeros limites sendo o principal a garantia da subsistência dos associados.

## 5.2 DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE ATRAVÉS DO MERCADO

Ao se associar para produzir sem a intermediação de um patrão capitalista, os trabalhadores conseguem se apropriar de uma parte da mais-valia que beneficiaria o dono dos meios de produção. Apesar disso, os empreendimentos da economia solidária não estão livres do que Marx chamou de “tirania do mercado”. Assim como no caso do capitalista industrial, o empreendimento econômico solidário se vê obrigado a remunerar as frações do capital com parte de suas sobras.

Embora esta seja a situação da maioria dos EES, cabe destacar que muitos empreendimentos vêm se organizando para criar alternativas à perda de excedente econômico para o mercado. Para diminuir o lucro dos comerciantes capitalistas sobre o seu produto, muitas

cooperativas se organizam em feiras itinerantes, pontos de comercialização solidária ou a simples venda de porta em porta. Ao vender diretamente ao consumidor os associados podem cobrar o valor integral pago pelo seu cliente.

Para não ficar à mercê dos altos juros<sup>31</sup> cobrados pelos bancos privados, agricultores familiares, cooperados de diversos empreendimentos e até pessoas físicas vem organizando cooperativas de crédito ou clubes de finanças solidárias. Estas cooperativas cobram juros baixos aos seus sócios redistribuindo as sobras das operações financeiras.

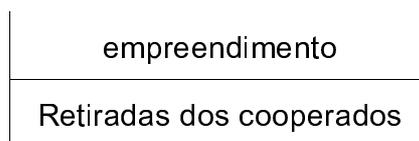
Em relação aos impostos, a realidade dos EES em nosso país não é muito animadora. A carga fiscal das cooperativas costuma ser maior se comparada às empresas capitalistas do mesmo porte. Em geral, os EES que tem a modalidade jurídica de cooperativa não são beneficiadas com as diferentes isenções oferecidas pelo Estado. Uma solução encontrada por alguns empreendimentos é a formalização jurídica como empresa limitada, o que permitiria acessar os benefícios fiscais das demais empresas. Observamos como um problema o abandono pela economia solidária da forma jurídica de cooperativa, pois como afirma Vieitez e Dal Ri a forma jurídica de empresa limitada “não é compatível com o desenvolvimento da propriedade associativa, pois os associados são proprietários de uma fração do capital total do empreendimento” (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 124).

Considerando a apropriação e distribuição do excedente nos empreendimentos de economia solidária, o seu valor produzido divide-se conforme o esquema abaixo.

Figura 2: Distribuição do excedente no Empreendimento de Economia Solidária

Impostos
Renda fundiária
Lucro comercial
Juro
Sobras (consumo cooperados + investimento)
Reprodução simples do

<sup>31</sup>Apesar das recentes reduções na taxa básica de juros e da diminuição dos juros praticados nos bancos públicos, o Brasil continua sendo um dos países com a maior taxa de spread bancário.



Fazendo uso dos esquemas de Marx no livro III de O Capital, montamos este esquema para diferenciar a distribuição do excedente nos empreendimentos econômicos solidários.

As retiradas dos cooperados equivalem à reprodução da força de trabalho que na empresa capitalista é formada pelo conjunto dos salários. Junto com a reprodução simples do empreendimento formam o que seria a reprodução simples do capital, ou seja, os gastos necessários para a manutenção da produção no volume atual.

O resto do esquema descrito acima é o excedente econômico composto pelas sobras do empreendimento e das remunerações às frações do capital. As sobras dividem-se em dois destinos. Uma parte é destinada ao consumo dos cooperados, isto é, distribuído aos associados da cooperativa. A outra parte é destinada a novos investimentos (adiantamento do capital constante) para aumentar a capacidade produtiva do empreendimento.

O lucro comercial, o juro, a renda fundiária e os impostos são distribuídos através do mercado apesar dos atenuantes acima descritos.

FIGURA 3: Distribuição do excedente econômico em empresas capitalistas e EES (quadro comparativo).

Impostos	Impostos
Juro	Juros
Renda fundiária	Renda fundiária
Lucro comercial	Lucro comercial
Lucro industrial (reprodução ampliada + consumo capitalista)	Sobras (consumo dos cooperados + investimento)
Reprodução simples do capital	Reprodução simples do empreendimento
Reprodução da força de trabalho	Retiradas dos cooperados

Ao observar o descrito acima devemos questionar se de fato o mercado capitalista é o espaço ideal para o desenvolvimento dos EES. Deve-se questionar também quais são os meios que nos permitem fortalecer a autogestão nestes empreendimentos se considerarmos que estamos imersos numa sociedade heterogestionária e geradora de práticas organizacionais verticais. Estas são algumas das preocupações que devemos explorar em nossa conclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento da Economia Solidária não está necessariamente vinculado ao movimento socialista, embora compartilhe com este último o anseio por mudanças na sociedade em que vivemos. Compartilham ainda a incapacidade de pensar para além dos limites possíveis no interior do capitalismo.

Se é verdade que nesta última década houve uma maior visibilidade do fenômeno da ES, por outro lado, esta “descoberta” não foi acompanhada de um crescimento significativo. A impressão que temos é que apesar da criatividade apresentada por muitas organizações e empreendimentos, o campo da economia solidária cristalizou a sua capacidade de se tornar uma alternativa.

Isto não nos permite a conclusão de que não há nada a fazer com estas experiências. A transição para uma sociedade socialista exige as alternativas na política assim como na economia e neste sentido precisamos construir alternativas populares à resposta fácil da estatização dos meios de produção. As experiências até o presente momento demonstram que esta solução, em vez de entregar os meios de produção nas mãos dos trabalhadores, acaba por fomentar o surgimento de uma direção burocrática que acaba por assumir a personificação do capital (MÉSZÁROS, 2002).

No decorrer deste trabalho observamos que o que de fato diferencia a economia solidária ou as empresas autogestionárias na apropriação e distribuição do excedente é com quem fica e a forma como é distribuída para dentro do empreendimento. Assim observamos que nos EES, o lucro industrial, isto é, a parte da mais-valia apropriada que nas empresas capitalistas é retida pelo capitalista produtivo, fica na posse dos trabalhadores associados que destinam uma parte para investimentos no empreendimento e outra para o seu consumo.

Observamos também que o critério de distribuição do excedente entre os cooperados difere da forma como os sócios de uma empresa capitalista fazem a distribuição dos lucros e dividendos. Se esta última utiliza apenas o critério da participação no capital da empresa, os empreendimentos econômicos solidários utilizam diferentes critérios de participação no trabalho, que vai desde a simples contagem das horas trabalhadas, passando pela lógica de distribuição igualitária, considerando o envolvimento do cooperado nos assuntos da cooperativa, chegando inclusive em alguns casos a considerar as diferentes necessidades dos seus trabalhadores.

Apesar das inovações aqui elencadas, não podemos deixar de apontar a forte influência do mercado de trabalho sobre o valor das retiradas dos cooperados, principalmente nos empreendimentos que apresentam a necessidade de trabalho especializado. A possibilidade de perder um trabalhador que ocupa um posto chave na produção obriga os empreendimentos a pagar retiradas de acordo com o que se paga no mercado. Embora não seja um problema democrático a existência de diferentes faixas de retiradas com critérios bem estabelecidos, a pressão do mercado pode obrigar a cooperativa a aumentar a diferença entre a maior e a menor retirada, impedindo que os associados acordem livremente quais são as faixas de remuneração da cooperativa.

Outra reflexão importante diz respeito ao igualitarismo na distribuição de retiradas e sobras. Esta concepção é defendida através da posição política que advoga que na cooperativa, cada cooperado conta com um voto, o que nos leva a crer que seria democrático manter o mesmo parâmetro para a distribuição do excedente econômico. Também se alega que este método elimina as desigualdades entre os trabalhadores. Para Marx, o que determina a exploração não são as desigualdades e sim a apropriação do trabalho alheio (MARX, 1988). Para este autor, as diferenças de ritmo na produção, de aptidões e de especialização do trabalho, podem levar a uma diferenciação da remuneração dos operários. É a partir da desigualdade entre os trabalhos que Marx formula a sua frase que ficou famosa: de cada qual segundo suas capacidades, a cada qual segundo suas necessidades (MARX *apud* DELLAVALLE *et al*, 2012).

Por outro lado também observamos que em alguns empreendimentos a diferença entre a maior e menor retirada, assim como na distribuição de sobras é muito desigual. Também verificamos que as maiores retiradas são pagas à direção destas cooperativas. Neste caso podemos sugerir que dada a grandeza das diferenças pode haver apropriação do trabalho alheio. Neste caso, a direção do empreendimento assume o papel da personificação do capital.

Em relação à democracia nos EES, verificamos que os procedimentos de tomada de decisão ainda são do tipo parlamentar, com uma direção de quadros que se autonomiza, mesmo que relativamente, do controle dos demais cooperados. Esta direção de quadros é fruto da origem dos dirigentes dos empreendimentos que costumam ou costumavam participar de sindicatos, partidos e movimentos sociais, transplantando a lógica de funcionamento destas instituições para os seus empreendimentos. Este tipo de método de decisão, onde a maioria vence a minoria

através do voto, deixa os conflitos abertos, não se mostrando eficaz para a construção da autogestão.

Observamos ainda, que a partir dos casos explanados na bibliografia consultada, os empreendimentos de maior grau de autogestão são aqueles que apresentam a menor diferenciação no pagamento de retiradas e sobras. Isto nos permite afirmar que há uma relação entre autogestão do empreendimento econômico solidário e a distribuição do excedente econômico.

Por outro lado, apesar da criatividade dos empreendimentos da economia solidária para não perder parte do excedente econômico para o mercado, apontamos que com exceção do lucro industrial, as cooperativas continuam remunerando as diferentes frações do capital com o pagamento de lucro comercial, renda da terra e juros. No caso dos impostos, observamos que as cooperativas encontram-se em desvantagem em relação às empresas capitalistas já que não podem participar da maioria das isenções fiscais oferecidas às segundas.

O fenômeno da economia solidária pode ser compreendido como uma fuga do desemprego e da pobreza extrema para os setores mais excluídos da sociedade. Se permanecer sendo apenas isso, cumprirá apenas o seu papel mitigador das mazelas da sociedade capitalista. Para superar esta condição é necessária uma articulação dos setores da ES com o restante da classe trabalhadora. Faz-se necessário também a extensão da bandeira da autogestão para fora do empreendimento, construindo assim a autogestão da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENINI E. G.; BENINI E. A; FIGUEIREDO NETO L. F. Economia Solidária nos Prismas Marxistas: Revolução ou Mitigação. **Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária**. São Paulo: NESOL/USP, julho de 2007 (CDROM).
- BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades. São Paulo: Ícone, 2012.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 - 2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 2001.
- CORAGGIO, J.L. **Economia Social y Solidaria: el trabajo antes que el capital**. Quito: Ediciones Abya-Ayala, 2011.
- COSTA, P. M. Surgirá no século XXI um novo modelo de gestão para substituir o taylorismo? In: COSTA, P. M. **Taylorismo: após cem anos nada superou o modelo de gestão**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.
- CRUZ, A. A acumulação solidária: os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital. In: **Revista Cooperativismo & Desarrollo**, Bogotá, n.100, pp. 47-68. Editorial UCC, 2012.
- DELLAVALLE, *et al.* Coproducción de conocimientos: distribución de excedentes dentro de cooperativas y emprendimientos autogestionados. In: Anais do V Jornadas de Economía Crítica. Buenos Aires: UBA, agosto de 2012 (CDROM).
- DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FAYOL, H. **Administração industrial e geral**. São Paulo: Atlas, 1989.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.7, n. 1, p. 155-174, jan. - jun., 2007.
- GAIGER, L.I. A Economia Solidária e as Relações Sociais Vinculantes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 11-19, jan./jun., 2008.
- GEBRAN, P. **O conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GERMER, C.M. Receita pública e circulação monetária na teoria de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-31, dezembro de 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2010

MARKOVIC, M. Autogestão. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MISOCZKY, M. C. Das práticas não gerenciais de organizar à organização para a praxis da libertação. In: MISOCZKY, M. C. et al (org.) **Organização e Práxis Libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

MISOCZKY, M. C.; MORAES, J. **Práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2011.

NASCIMENTO, C. Autogestão: palavra e idéia. In: MELLO, S. L. et al (org.) **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP, 2007.

NOVAES, H.T. **O fetiche da tecnologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NOVAES, H. T. Qual Autogestão? In: **Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária**, NESOL/USP: São Paulo (SP), julho 2007, CDROM.

PANIAGO, M. C. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

PANNEKOEK, A. Os Conselhos Operários. Disponível em:  
<<http://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/conselhos.htm>>  
Acesso em: 13 de junho de 2012.

PISTRAK M.M. **A Escola – Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, T. **Forças produtivas e relações de produção: ensaio introdutório**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHMIDT, C. **A Economia Solidária: panacéia do capitalismo pós-moderno ou um caminho para o socialismo.** Textos para discussão - NEA/ITCP. Faculdade de Ciências Econômicas UFRGS. Porto Alegre: 2010. (mimeo).

SINGER, P. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, J.R. **Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAUILE, J.R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 107-122, jan./jun., 2002

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

TAYLOR, F.W. **Princípios de administração científica.** São Paulo: Atlas, 1990.

VIEITEZ & DAL RI, **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2003.